

Ata Circunstanciada da 94ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 94ª
(NONAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 29 DE OUTUBRO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H06MIN

TÉRMINO ÀS 19H

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão ordinária de terça-feira, 29 de outubro, às 15 horas e 6 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 92ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Mais uma vez, quero me dirigir publicamente aos servidores, futuros policiais penais.

Conforme acordado com o governador, no dia 5 de novembro ele vai nomear 250 policiais penais e 800 policiais civis. Conforme promessa do governador – eu acredito piamente no que sua excelência disse –, em janeiro serão nomeados mais 150. Hoje de manhã, tive a oportunidade de falar com alguns colegas de vocês, no Riacho Fundo, e reitero o meu compromisso de que essa nomeação dos 400 policiais penais se consolidará, no mais tardar, até fevereiro. Se Deus quiser, até o início do ano que vem, 400 policiais serão nomeados para contribuir com um sistema que passa por uma situação muito difícil, assim como a Polícia Civil do Distrito Federal.

Nós tivemos algumas discussões, mas temos que agradecer a vocês, candidatos, o trabalho. Graças à perseverança e ao apoio desta casa, no dia 5 de novembro, haverá a nomeação de 800 servidores da Polícia Civil, conforme pedido por nós e prometido pelo governador. É um número razoável, mas ainda é muito pouco diante da dificuldade que a nossa polícia vive. Contem conosco. Vamos nomear esses 800, depois vamos brigar pelos demais, porque a polícia precisa muito.

Muito obrigado. (Palmas.)

Quero parabenizar o Cláudio e, na sua pessoa, parabenizar toda a diretoria e os nossos amigos da carreira socioeducativa. Quero dizer da importância que foi a articulação implementada por vocês. Agradeço publicamente ao secretário-chefe da Casa Civil, doutor Gustavo Rocha, e à doutora Marcela, que foram extremamente importantes nesse processo.

Tivemos algumas dificuldades, houve algumas discussões com o secretário Ney, mas ele também está honrando o compromisso. Agradeço, sobretudo, ao nosso governador e à nossa vice-governadora, que trabalharam muito para que a justiça fosse feita.

Quero parabenizar a categoria por mais essa conquista, que teve participação direta da Câmara Legislativa. Vocês confiaram e nós fizemos a nossa parte. Agradeço, então, a todos os deputados e, sobretudo, a vocês a perseverança. Muito obrigado, que Deus os abençoe e até muitas e muitas outras vitórias!

Doutora Marcela, que já foi citada, parabéns pelo trabalho que foi feito. (Pausa.)

Agradeço ao deputado Chico Vigilante e a todos os deputados que foram solidários à situação. A pedido da minha esposa, respeitando a vontade dela, não vou falar. A minha vontade hoje era fazer um pronunciamento, mas, respeitando a vontade dela, vou me calar. Justiça será feita, tanto a dos homens quanto a de Deus, e saberemos dar uma resposta à altura.

Quero agradecer ao deputado Chico Vigilante, ao deputado Eduardo Pedrosa, ao deputado Pastor Daniel de Castro – que foi ao meu gabinete fazer uma oração – e a todos os demais colegas que nos ligaram, por conhecerem o nosso caráter. Agradeço muito a suas excelências. Muito obrigado pelo apoio. Vamos tomar as providências que precisam ser tomadas, porque isso se faz extremamente necessário.

Deputado Pepa, muito obrigado, amigo. É muito bom saber que podemos contar com os amigos, principalmente nos momentos mais difíceis.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente e demais colegas. Cumprimento todo o pessoal da Polícia Civil. Contem conosco!

Presidente, venho no dia de hoje trazer algumas informações acerca de alguns temas que tratamos nos últimos meses na Comissão de Orçamento. Foi-nos feito um pedido para que fizéssemos aquelas alterações, negociadas com o governo, na LDO de 2025 e conseguimos que o projeto viesse à Câmara Legislativa na última quinta-feira.

Aproveito para informar a todos os deputados desta casa que o pessoal da Secretaria de Economia do Distrito Federal estará aqui para instruí-los sobre como protocolar novamente essas emendas para que possamos fazer jus àquele acordo que fizemos no passado no sentido de que todos os deputados tenham suas emendas aprovadas no tocante à LDO de 2025.

Comunico, também, presidente e deputado Chico Vigilante, que chegou um crédito a esta casa que trata de transporte público. É um crédito no valor de 200 milhões de reais; e eu cobreí do governo – conversei com o secretário há pouco – que, antes de ele ser votado e aprovado, façamos uma visita ao CCO, porque foi um compromisso que a secretaria fez, à época, com os deputados para antes da votação de outros créditos.

O secretário pediu que tentássemos combinar – ele faz questão de vir aqui na segunda-feira, falei agora com ele pelo telefone – esta visita ao centro de operações do pessoal da mobilidade do Distrito Federal para o dia 7 de novembro. Trago essa informação antes da votação. Nós, então, já nos movimentamos para dar essa resposta aos deputados, como me foi solicitado.

Eu só queria trazer essas informações e dizer da importância de falarmos a respeito de melhorias de infraestrutura na nossa cidade. Teremos agora a oportunidade de discutir sobre o orçamento do Distrito Federal e não podemos deixar de falar dos investimentos que devem ser feitos, no ano que vem, nas áreas da saúde e da educação tanto em pessoal quanto em infraestrutura.

Muito se fala nessa questão dos alagamentos, na necessidade da execução de mais obras de drenagem na região do Grande Colorado, em Santa Maria, no Gama, em Planaltina. Por onde passamos vemos as pessoas nos pedindo obras de drenagem.

O governo tem projetos em andamento, e agora precisamos trabalhar o orçamento para que, no ano que vem, tenhamos essas obras executadas e a população tenha maior tranquilidade em seus lares e nas cidades onde residem.

Comunico, então, que a data desta audiência pública para que a Secretaria de Economia traga as respostas às questões acerca do orçamento será 6 de novembro. Peço, também, que os deputados que desejarem fazer questionamentos que nos oficiem com antecedência. Esse é o momento oportuno

para trabalharmos a questão do orçamento.

O deputado Gabriel Magno nos mandou sugestões, que já estão sendo analisadas. O deputado Jorge Vianna e outros deputados também nos enviaram sugestões. Peço a colaboração de todos para que possamos fechar uma peça final que venha a contemplar as mais diversas áreas do nosso Distrito Federal.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Quero registrar, deputado Eduardo Pedrosa, o apoio que tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Penal tiveram da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Vossa excelência foi extremamente importante – é bom que se registre isso –, ajudou a criar as condições necessárias para que chegássemos a um acordo e o governo enviasse o projeto para a Câmara Legislativa. Externo o meu reconhecimento público pelo trabalho do nosso presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Max Maciel, se me permite, quero dizer que vossa excelência foi um dos que mais cobrou a criação do CCO, assim como o deputado Gabriel Magno e o próprio deputado Eduardo Pedrosa, que disse que, no dia 7, há o convite para que conheçamos o CCO. De fato, essa era uma cobrança desta casa, capitaneada pelos senhores naquele primeiro momento, extremamente justa, necessária e que o nosso secretário Zeno cumpriu.

Quero deixar registrado nosso agradecimento ao secretário Zeno, assim como nosso reconhecimento e nossos parabéns por ter honrado esse compromisso com a Câmara Legislativa, mas, sobretudo, com os colegas deputados que apresentaram essa crítica construtiva extremamente importante para o avanço desse processo de transporte tão complexo.

O deputado Eduardo Pedrosa me passou essas informações, então eu gostaria de convidar todos para, no dia 7 – vou mexer na minha agenda –, estarem presentes lá. Que todos possam ir lá.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, a construção do centro integrado foi um acordo feito para que votássemos o último crédito que chegou a esta casa sobre o transporte – e foi dado um prazo para o seu cumprimento.

Eu tive a oportunidade de visitar o centro integrado de Goiânia e pude ver a importância efetiva que ele tem lá. Esse centro já era para estar implementado no Distrito Federal há muito tempo, porque, a partir dele, passaremos a ter controle efetivo sobre o transporte público do Distrito Federal.

Eu tinha até combinado com o Zeno de fazer uma visita a esse centro esta semana, mas, tendo em vista o anúncio dessa visita no dia 7, vou deixar para ir junto com os senhores no dia 7.

Nesta semana, eu iria visitar o centro, que está em construção, para exatamente verificar a semelhança dele com o de Goiânia. Lá em Goiânia, o sistema funciona – e funciona muito bem. Eles fiscalizam efetivamente, de maneira eletrônica, a região administrativa, que é composta por 19 cidades do estado de Goiás. Portanto, estarei lá, dia 7, junto com vossa excelência e os demais deputados. Eu iria lá antes, mas, agora, já que está marcada essa visita, vou deixar para comparecer lá no dia 7.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Bem lembrado por vossa excelência o acordo feito.

O deputado Eduardo Pedrosa também está me lembrando de que esta é uma oportunidade para conhecermos esse centro e verificarmos se ele está dentro da nossa expectativa enquanto fiscais da população, fiscais do governo. Vamos ver, então, se é exatamente o que esperamos.

Muito obrigado, deputado Chico Vigilante.

Registro e agradeço a presença do secretário Maurício, que está de volta. Fez muita falta, apesar de ter tido uma substituição à altura pelo doutor Medeiros. É muito importante ter o nosso secretário Maurício de volta. Mesmo viajando, não o deixamos em paz. Todas as vezes que nós o procuramos, ele estava pronto para nos atender.

Muito obrigado, Maurício, e seja bem-vindo!

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero dizer algo em relação à LDO 2025 e às emendas ao Anexo IV. O deputado Robério Negreiros, líder do governo, não está presente, mas me foi passada a informação – eu a passei a ele – de que a data é quinta-feira.

Comunico à assessoria de todos os deputados que queiram proceder às suas emendas que será feita a apresentação da LDO na quinta-feira, dia 31 de outubro, às 4 horas, na Sala de Reuniões Deputado Juarezão. Deixo esse informativo a todos os parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Maravilha. Trata-se do compromisso feito pela Secretaria de Economia.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL – (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputado Wellington Luiz, boa tarde. Boa tarde às deputadas, aos deputados e a todos que nos acompanham na galeria do plenário e na TV Câmara Distrital.

Presidente, eu estive no CCO tanto no início da obra quanto agora na finalização, e a comissão vai aprovar amanhã uma série de indicações para que aquele centro, que vai ser administrado pela TCB a partir de um contrato, possa de fato ter o domínio geral do controle do sistema de transporte, que não deve ser só como está hoje. Além do controle das viagens e dos horários, precisamos de um controle maior do combustível, do *diesel*, da manutenção.

Estamos esperando que o projeto de lei de crédito novo chegue aqui. Nós vamos nos debruçar, mais uma vez, sobre o orçamento do transporte. Vamos olhar para o que tem acontecido, de fato, com os recursos da mobilidade urbana neste projeto de lei orçamentária que chegou a esta casa.

De 2024 para 2025, não há, de fato, um aumento significativo para a área. Quando passamos uma lupa, algumas ações acendem um alerta para nós. Ao vermos os valores somados, nos surpreendemos cada vez mais com o que vem acontecendo com a dotação orçamentária para a mobilidade.

Houve queda de 6% no orçamento geral da mobilidade urbana, com redução em investimentos e despesas correntes. Na contramão, aumentou para 551 milhões a manutenção do chamado equilíbrio econômico-financeiro do sistema do transporte público, uma ampliação de 60%.

A previsão para a LOA de 2024 foi de 345 milhões. Quero alertar que 345 milhões são o orçamento-base para, por exemplo, o passe livre; é o que o governo disponibiliza hoje para a sua remuneração. O mais alarmante: apesar desse aumento previsto para o orçamento de 2025, ele não chega nem perto do que foi, de fato, executado agora, em 2024. Por quê, deputada Paula Belmonte? Nós estávamos debatendo agora há pouco que, só neste ano corrente, foram empenhados mais de 1 bilhão de reais para o chamado equilíbrio econômico-financeiro do sistema. E, segundo o estudo da Conlegis, esse valor pode chegar a quase 1 bilhão e 400 milhões.

Se esse projeto de lei de crédito que está chegando a esta casa se confirmar, nós vamos somar, de fato, mais de 1 bilhão e 300 milhões para o chamado equilíbrio econômico-financeiro do sistema, ou seja, o governo colocou 345 milhões para o equilíbrio econômico-financeiro do sistema. Só de ato discricionário de decreto foram 700 milhões a mais, o que já ultrapassa 1 bilhão. E agora chega um projeto de lei de crédito de mais 200 milhões.

Nós somos contrários a esse projeto de lei? Não, nós só queremos saber o porquê. Por que vêm 200 milhões a mais para o sistema? O que está sendo custeado? É multa? Multa do quê? É de tarifa técnica? Tarifa técnica ajustada onde? Como? Em qual das linhas? Em quais bacias? Para quais empresas? A base central de uma operação de mobilidade não é só renovação de frota. É mais do que isso. Nós queremos nos debruçar sobre essas questões também.

Esta casa de lei está prestes a aprovar um orçamento que não condiz com a realidade dos custos que o GDF tem estimado para o equilíbrio financeiro do sistema. No fim das contas, estamos sempre acompanhando essa novela de custear as despesas das empresas de ônibus, sem observar necessariamente quais são seus custos e seus impactos.

Senhoras e senhores, também em relação à chamada dotação orçamentária para a mobilidade, houve uma alteração nos recursos destinados ao passe livre. Esses recursos passaram – o deputado Gabriel Magno já tinha pontuado aqui –, da (Ininteligível.) de 2024 para 2025, a fazer parte da dotação

orçamentária da pasta da educação, ou seja, os 345 milhões do passe livre no equilíbrio econômico-financeiro não fazem mais parte da pasta da mobilidade urbana. Passaram, então, para a Secretaria de Educação.

Essa relocação gerou um espaço que nós poderíamos considerar livre, mas curiosamente esse espaço não foi ocupado por outras despesas importantes para a mobilidade pública do DF. Agora, há apenas o passe livre referente às pessoas com deficiência, mas ainda há um espaço de 376 milhões que poderiam ser utilizados em benefício da mobilidade até mesmo sem que fosse necessário um novo projeto de lei de crédito.

A grande pergunta, desde o dia em que eu tomei posse, é: quanto custa o sistema de transporte do Distrito Federal? Essa é uma pergunta simples. Sua resposta, no entanto, se revela muito difícil e complexa.

Nós vamos aprovar um projeto de lei de crédito de 200 milhões, sendo que nós renunciamos recentemente 130 milhões de uma multa que não é acessória, multa por não cumprimento do contrato. Era só tentar fazer um acordo. "Já que você está me devendo 130 milhões e eu vou lhe dar 200 milhões, vamos abater essa diferença nesse valor?" Mas não, eles preferem isentá-los para poder ganhar mais 130 milhões e depois enviar um projeto de lei para mandar mais 200 milhões. Isso é um supernegócio, é um negócio.

A população do Distrito Federal, que paga essa conta, exige apenas o básico. Exige, além do ar-condicionado no transporte público, saber de fato com o que nós estamos gastando mais de 1 bilhão e meio de reais para o equilíbrio econômico-financeiro do sistema. Essa pergunta continua ecoando de forma simples, mas não há respostas precisas.

Em relação à acessibilidade, tema que estamos sempre acompanhando quando se trata do transporte público, houve uma redução de 21% do valor. É fato que houve um incremento de recursos para o programa DF Acessível, implementado em parceria com a TCB, que tem boa avaliação. Entretanto, ainda há muito a ser feito.

A acessibilidade precisa ser central na mobilidade, pois ainda lidamos com ônibus sem acesso às pessoas com mobilidade reduzida, paradas sem piso tátil ou niveladas à plataforma, passagem de pedestres sem iluminação e com percursos sem equipamentos necessários para se andar a pé.

No modal do metrô, houve um aumento de 17%, cerca de 10 milhões. Tivemos, de fato, a destinação de verba para a ampliação de linhas, a criação de 2 novas estações em Samambaia e a destinação de recursos – 500 mil – para aquisição de trens. Esse valor é insuficiente se compararmos com o trem, que custa, já disse aqui, 50 milhões de reais.

Tivemos a redução de 82% da execução de obras de acessibilidade no metrô, novamente desprestigiando essa que deveria ser uma prioridade na mobilidade. E o que observamos aqui é um orçamento nebuloso ao se avaliar o orçamento do metrô, por exemplo, um modal cada vez mais sucateado. Quero chamar a atenção de todos, nesta casa, que se debruçam sobre o tema mobilidade. Amanhã, nesta casa, pela comissão, teremos uma reunião com toda a direção do metrô em que iremos discutir o futuro desse modal.

Estamos discutindo a ampliação de linhas, discutindo novas estações e subestações, mas, de fato, queremos saber quando o metrô vai chegar ao final da Asa Norte. Como vamos ampliar os sistemas para outros modais? Queremos saber, sobretudo, quanto à sua capacidade energética. Esse é um dilema sobre o qual devemos estar sempre debruçados.

Outro modal que poderíamos estar debatendo com muito mais vigor é o VLT. Há projetos, e queremos entender – em um debate muito mais transparente por parte do GDF – o que tem sido pensado e feito quanto a isso, deputado João Cardoso.

Ainda estamos sob a lógica de pneus. O mundo está revendo isso. Temos toda a malha do PDTT de 2015, que poderia ser modernizada, poderia ser ampliada. Agora nós estamos construindo, só na EPIG, 6 novos viadutos.

Deputado Rogério Morro Cruz, eu fui ao Jardim Botânico – está registrado nos anais desta casa – e nesta tribuna apresentei dados técnicos da comissão. Parece simples – e é simples. Veja a projeção de como estão crescendo as cidades: 49 mil pessoas no Alto Mangueiral, novos condomínios no Jardim Botânico, duplicação da DF-140 para entrar um novo condomínio que a Terracap coloca, que somado ao Tororó pode chegar a 90 mil novos habitantes. A conta é simples: a caixa viária não comporta o volume de carro que está sendo pensado. Vocês podem colocar 5 viadutos no Jardim Botânico, e isso não vai resolver o problema.

Sabe o que vai resolver o problema? Aquela indicação que você fez, deputado, de colocar uma faixa exclusiva para o transporte público.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para concluir, presidente.

Quem está dentro do transporte público tem pressa e quer chegar logo ao trabalho. Não podemos fazer com que ele demore 1 hora 20 para chegar ao trabalho se quem está no carro passa 30 minutos. É óbvio que as pessoas vão querer sempre migrar para o transporte individual.

Para concluir, obviamente existem vários outros cenários aqui, como, por exemplo, o programa Vai de Bike, da mobilidade ativa, a qual o governo sinalizou como prioridade, mas no orçamento destinou a ela 100 mil reais. Isso não é prioridade em lugar algum.

Queremos dizer que o cenário da mobilidade no orçamento do Distrito Federal é de tempos de redução: falta de transparência; descompasso entre previsão e execução orçamentária, o que dificulta a análise precisa dos recursos que são, de fato, executados; desalinhamento com o plano estratégico, com as reais necessidades da população, o que causa distanciamento de um planejamento a longo prazo; desalinhamento com o crescimento populacional e a perspectiva de um DF mais sustentável.

Quero agradecer mais uma vez à Consultoria Legislativa desta casa, a Conlegis, pelo estudo quantitativo do PLOA 2025 sobre esta área.

Assim encerro, presidente. Mais uma vez agradeço a todos. Estou preparado para o debate do projeto de lei quando este chegar aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel. Agradeço o pronunciamento.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso, líder novo bloco: A Força da Família.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, cumprimento todos e todas aqui no plenário, aqueles que estão na galeria também – desejo que logo sejam convocados. Servidor público é o guardião do serviço público, podem ter certeza disso. (Palmas.) Eu o defendo sempre, sempre, sempre, sempre.

Presidente, eu estava com saudade. Ainda bem que vossa excelência está de volta aqui. Meus amigos deputado Pastor Daniel de Castro e deputado Pepa, quero agradecer pelo bloco que formamos novamente: A Força da Família. Também agradeço por terem me permitido ficar como líder, embora vossas excelências sejam meus líderes também. Muito obrigado.

Eu venho aqui hoje, presidente, falar de uma situação de que eu já falei várias e várias vezes. É um assunto que precisava de muita atenção aqui no Distrito Federal. Do que se trata? Da questão dos educadores sociais voluntários nas escolas do Distrito Federal. Eu venho falando sobre isso desde 2019, e nada foi feito.

O deputado Gabriel Magno, que é educador e professor, sabe muito bem que os educadores sociais voluntários são pessoas que inicialmente iam para ajudar a escola. Hoje essas pessoas são contratadas. Exige-se um contrato. O educador social voluntário é selecionado pela coordenação regional de ensino.

Hoje no DF, temos 5.500 educadores sociais nas escolas públicas do Distrito Federal, e digo claramente para todos que nos escutam aqui que as escolas não funcionariam sem os educadores sociais voluntários. Que contrato é esse que é feito com a Secretaria de Educação? É um contrato, deputado Rogério Morro da Cruz, repito, análogo à escravidão. Por quê? O educador social voluntário recebe um valor de 40 reais por 4 horas trabalhadas para transporte e alimentação, e mais nada. Ele não tem vínculo nenhum com o Governo do Distrito Federal.

O que o educador social voluntário faz? Ele toma conta dos nossos alunos especiais, uma função semelhante à função dos nossos monitores escolares na escola. Mas como não temos monitores escolares suficientes, a secretaria faz uso do educador social voluntário. Ele tem direito a quê? A nada. A que tinha direito o escravo? Vocês se lembram? O escravo não tinha direito a nada, apenas à alimentação. É somente a isso que eles têm direito.

São eles que tomam conta dos nossos filhos especiais nas escolas. Se, por acaso, acontecer alguma coisa com o educador social voluntário, ele tem que ir embora sem direito a nada. Ele não tem direito a testado, não tem direito a indenização, não tem direito a nada. Eles são simplesmente pessoas utilizadas pelo poder público.

Eu lembro que o ex-secretário de Educação, Pedro, uma vez me falou que tinha uma preocupação muito grande com essa questão, porque isso um dia poderia virar uma causa trabalhista. Embora o contrato seja de educador social voluntário, ele não está ali voluntariamente. Ele está ali porque precisa de emprego e desses 40 reais.

Hoje saiu uma matéria falando sobre o educador social voluntário, mas citou muito pouca coisa. Estou aqui para apresentar a verdade sobre a situação do educador social voluntário. Eles são 5.500 no DF.

Nós fizemos um projeto de lei em 2019 que criou o Dia do Educador Social Voluntário. Fizemos depois o Projeto de Lei nº 868/2019, que reconhece a atividade de educador social voluntário. Fizemos também o Projeto de Lei nº 1.137/2020, para que eles tivessem uma renda temporária durante a pandemia. Essa renda simplesmente não aconteceu.

Há vários casos de educadores sociais que se machucaram na condução desses jovens, que muitas vezes são grandes. Carregando essas pessoas, eles se machucam e não têm direito a nada. Eles não ganham nada!

Se houver paralisação dos professores hoje, eles também não recebem nada. Eles têm que ficar a ver navios, como o escravo fazia, esperando que o seu senhor viesse lhe dar alguma coisa. É isso o que acontece com o educador social voluntário.

O deputado Eduardo Pedrosa, presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, veio conversar comigo para fazer a previsão de aumentar o valor dessa renda *per capita* de 40 reais, aumentá-la um pouco mais. Ele vai fazer essa proposição e vai atuar, com a CEOF, para que o governo reveja esse valor.

Mas não é só isso que precisa acontecer. Nós precisamos saber como as coisas acontecem. Esses educadores sociais são selecionados. E, podem acreditar, eles não são pessoas quaisquer; são pessoas que, na maioria das vezes, têm formação na área de educação. O que acontece e já aconteceu nas escolas – os diretores sabem disto – é que muitas vezes o professor não vem, a turma fica sem professor, o diretor não tem o que fazer, e o educador social voluntário se voluntaria a ficar com a turma, porque ele é um profissional formado. Isso acontece. É um desvio de função, mas acaba acontecendo.

Esses educadores não têm dia certo para receber. Muitas vezes eles entram em contato comigo e falam que o pagamento desse voluntariado deles atrasou. É uma covardia o que nós, Governo do Distrito Federal e Câmara Legislativa, estamos fazendo com os educadores sociais voluntários, que, na verdade, estão ali atrás de um trabalho.

Eles também não têm direito a essa ajuda de custo no dia de ponto facultativo.

Hoje fizemos uma indicação com a sugestão de transformar a situação desses educadores sociais voluntários – que hoje trabalham em regime análogo à escravidão, volto a dizer. Sugerimos que para eles também se faça um processo seletivo, como acontece com o professor temporário. Já que o GDF não está convocando monitores concursados, que faça um contrato temporário com os educadores sociais voluntários, como fez com os professores, e que faça uma lei que acabe com essa covardia que é existir educador social voluntário nas escolas recebendo 40 reais e sem direito a nada. “Machucou carregando um jovem? Tchau, vai para casa, sem direito. Enquanto não voltar, você não tem direito a nada.” Repito, é um trabalho análogo à escravidão. Se alguém aqui tiver outro termo para isso, que me prove o contrário.

Há educadores sociais que muitas vezes dão aula, como eu falei. Defendo os educadores sociais voluntários e peço ao Governo do Distrito Federal que dê a eles dignidade!

De vez em quando, encontramos matérias nos jornais falando da escravidão. Será que as pessoas que fazem parte dos meios de comunicação e que estão me ouvindo nunca pararam para observar isso? Vocês que compõem os meios de comunicação, a imprensa, e que estão me olhando nunca pensaram em fazer uma matéria sobre os educadores sociais? Pensou, Suzana? Pergunto para vocês da imprensa agora: nunca pensaram em fazer uma matéria sobre os educadores sociais voluntários nas escolas que estão em situação análoga à escravidão?

Já falei muito sobre isso. Eles não têm direito a nada. Se não trabalharem naquele dia, não recebem – 40 reais por dia por 4 horas trabalhadas. Se se machucarem, não têm direito a nada, não têm direito trabalhista algum. “Ah, isso é porque são voluntários e assinaram o contrato voluntário.”

No Brasil, estamos vendo vários casos de trabalho escravo. Esse trabalho que eles fazem é o quê? É um trabalho de escravo. Proponho ao GDF que faça a contratação dos educadores sociais

voluntários, como fez a contratação temporária dos professores. Peço que fiquem de olho, porque me lembro do João Pedro, ex-secretário de Educação, falando que morria de medo de um processo judicial em relação ao educador social voluntário. Se vier, que seja o GDF a responder por isso.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Presidente, primeiramente, quero desejar a todos que estejamos com a paz de Deus, porque esta Câmara Legislativa é a representação da população e a representação da esperança da população de transformação.

Estamos também pedindo a nomeação dos policiais penais, da Polícia Civil, de todos os candidatos aprovados.

Ontem foi Dia do Servidor Público. Está aqui uma criança representando o nosso presente e o nosso futuro, do país e da nossa cidade. Digo aos senhores que servidores públicos são necessários para manter o Estado, principalmente por algo que defendo muito: a manutenção da transparência. O servidor público tem a responsabilidade de fazer a manutenção do Estado, um Estado necessário, não um Estado grande, inchado, mas um Estado necessário.

Parabenizo todos os servidores públicos e peço ao governador que simplesmente cumpra a sua palavra, que é a nomeação dos servidores. (Palmas.) Precisamos disso! Não estamos pedindo nada a mais do que o cumprimento da palavra.

Presidente, desde 2019 sou deputada – deputada federal e, agora, distrital. Infelizmente, estamos vendo, principalmente nesses 2 anos pós-pandemia, o empobrecimento da cidade, o empobrecimento da população, o aumento de vulneráveis. Um dado oficial da Secretaria de Desenvolvimento Social indica que hoje há 178 mil famílias em extrema pobreza no Distrito Federal. Esse quantitativo pode ser multiplicado, no mínimo, por 3. São muitas pessoas em extrema pobreza.

Eu quero trazer um recorte quanto aos idosos e às nossas crianças. Hoje, existe a assistência social, com instituições que atendem crianças. Nós estamos falando de uma população de mais de 3 milhões de pessoas; nós estamos falando de uma população de quase 500 mil pessoas na extrema pobreza.

Desde o começo do governo, em 2019, há somente 4 mil crianças sendo atendidas em programas profissionalizantes ou num contraturno. O que é contraturno, deputada? No contraturno, a criança sai da escola com oportunidade de fazer um curso de idiomas e de se desenvolver; não fica na rua e não se torna um criminoso. É o investimento em educação, cultura e esporte.

Hoje há as mesmas 4 mil vagas. O governo não pensa em aumentar essas vagas? É isto que nós queremos pedir: aumento de atendimento às nossas crianças.

Presidente e demais parlamentares, estamos num momento importante em que será votado nosso orçamento. O que queremos? Queremos maior atendimento às crianças, aos nossos idosos. Hoje, há só 400 vagas, e vemos, muitas vezes, dentro do hospital, idosos abandonados, sem ter para onde ir, idosos na rua. Precisamos fazer com que essas pessoas tenham dignidade.

Então, peço ao Governo do Distrito Federal que amplie essas 4 mil vagas, porque a população cresceu. Infelizmente, o poder de compra diminuiu por causa da inflação, por causa de uma série de políticas públicas no nosso país. É triste ver o empobrecimento de nossa cidade e de nosso país.

Hoje continuamos atendendo, simplesmente, 4 mil crianças no universo de centenas de crianças desatendidas, muitas vezes capturadas pelo crime. As pessoas geralmente falam: “Não é a hora de criança trabalhar, criança tem que ficar em casa, para estudar, para brincar”. Isso é verdade, mas, hoje, na nossa cidade, as crianças estão sendo capturadas pelo crime. Esse é o maior empregador. Falei várias vezes do João Miguel, presidente. Quem fez todo...

(Soa a campanha.)

(Falha na gravação.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... foram adolescentes. O menino João Miguel estava há 3 anos sem ir à escola.

É por isso que eu peço o aumento da quantidade de vagas de assistência para as nossas crianças, para que elas tenham acesso à educação, à cultura, ao esporte, a idiomas, à informática. Peço ainda aumento do número de atendimentos aos nossos idosos.

Então, registro o nosso apelo neste momento de votação do orçamento do Distrito Federal para que tenhamos como prioridade a valorização da formação de um ser humano, porque a criança está em formação. Nós precisamos, neste parlamento, promover a formação desse ser humano, desse brasileiro e desse brasileiro. Este é o meu apelo: o auxílio de todos os parlamentares para o aumento da quantidade de vagas para o atendimento das nossas crianças e dos nossos idosos.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Mais uma vez, a galeria está ocupada por servidores públicos e por aqueles que lutam por nomeação. Externalizo não só a minha solidariedade à luta, mas também o meu reconhecimento ao serviço público, ainda mais nesta semana, que é a semana do servidor e da servidora pública no Brasil todo. Ontem foi o Dia do Servidor Público.

Quero falar algo que tenho falado quase todas as semanas. Não se constrói democracia e garantia de direitos e serviços públicos importantes para a sociedade sem a presença dos servidores e das servidoras. São os servidores e as servidoras os capazes de garantir o direito constitucional da população aos serviços públicos.

Presidente, o que me traz aqui hoje é um tema que tem me preocupado e sobre o qual tenho alertado já há algum tempo. No Brasil, e agora no Distrito Federal, parece que ganha força, mais uma vez, a tentativa de alguns setores de constranger, ameaçar e amordaçar professores e professoras dentro de suas salas de aula. Há um

setor na política e na sociedade brasileiras que já perdeu esse debate nas instâncias jurídicas, no Supremo Tribunal Federal e nos parlamentos, mas que insiste em tentar essa prática abusiva – em alguns momentos, até criminosa – de amordaçar professores e professoras.

Digo isso, porque a Comissão de Educação, Saúde e Cultura recebeu uma denúncia de um fato ocorrido no CEL, Centro Educacional do Lago, no Lago Sul, Plano Piloto. Um parlamentar fez uma denúncia. Ele não confirmou o que recebeu e resolveu publicar sem conhecimento. Toda vez que publicamos sem saber algo, corremos o risco de errar. Ele disse que uma professora da escola professou uma religião dentro da sala, obrigou os estudantes a falar nomes de entidades e a cultuar entidades de, segundo ele, certa religião afro. Ele disse ainda que a professora em questão realizava rituais de magia dentro da sala de aula.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que essa acusação é carregada de preconceito e racismo, pois tenta associar religiões de matrizes africanas a rituais de magia e sugere que a professora em questão estava obrigando os estudantes a cultuarem essas religiões. Isso não condiz com a realidade dos fatos.

O que aconteceu no Centro Educacional do Lago, CEL, foi o seguinte: há uma disciplina prevista no currículo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e nas diretrizes curriculares nacionais, regulamentada e aprovada pelo Congresso Nacional, pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação.

Naquela escola, é ministrado o novo ensino médio, que exige a inclusão de disciplinas eletivas em sua grade curricular. O caderno de disciplinas eletivas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresenta uma espécie de cardápio de várias disciplinas. Uma delas é justamente História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. É isso o que acontece no CEL do Lago.

Essa disciplina é prevista no currículo e nas orientações da Secretaria de Educação e do Ministério da Educação para o novo ensino médio e está amparada por lei.

Senhor presidente, eu gostaria de apresentar o conjunto dessas legislações, pois não podemos mais tratar questões baseadas em denúncias sem fundamentos legais, com base na opinião ou no achismo. Essas acusações têm constrangido e ameaçado professores no exercício de suas funções.

Antes de abordar as legislações, eu gostaria de informar que a Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta casa está criando um canal de proteção a todos os professores e todas as professoras que tiverem sua liberdade de cátedra ameaçada por qualquer pessoa.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Essa situação se torna ainda mais grave quando a ameaça parte de alguém que se diz representante da população.

Estamos lançando 3 cartilhas: a Cartilha de Liberdade de Cátedra, a Cartilha de Educação Antirracista nas Escolas Brasileiras – prevista em lei federal e em lei distrital, as quais citarei – e a Cartilha de Educação Sexual nas Escolas, sobre a qual existe decisão do Supremo Tribunal Federal não apenas com orientações, mas com determinações para que as escolas atuem no tema. Qualquer professora ou professor que tiver sua liberdade ameaçada pode entrar em contato com a Comissão de Educação, Saúde e Cultura, e nós acionaremos o Ministério Público, a justiça, a Secretaria de Educação, o Conselho de Educação do DF e o nacional, além dos sindicatos, pois o direito ao exercício da cátedra é constitucional.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para concluir a fala, presidente, eu gostaria de ler os dispositivos legais que protegem a escola e a professora.

O art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, a principal lei educacional brasileira, estabelece que: “o ensino será administrado com base nos seguintes princípios:

[...]

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

[...]

XII – consideração com a diversidade étnico-racial.”

Art. 26-A da LDB: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.”

A tentativa de calar professores e professoras que ministram essas disciplinas é ilegal e é um crime contra o magistério.

Trago o art. 35 porque tentam dizer, presidente, que escola é espaço só do ensino formal para ensinar matemática, português, história, física e química. Não o é.

A LDB, em seu artigo 35, diz o seguinte: “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental [...];

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando [...];”

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – “III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

Presidente, é preciso entender que divulgar vídeos de professores e professoras ministrando aulas configura crime.

A Lei nº 9.610/1998, que atualiza a legislação sobre direitos autorais, em seu art. 46, diz o seguinte: “IV – O apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou”.

Filmar professores em sala de aula e divulgar vídeos das suas aulas com o intuito de constranger é crime. Não interessa quem o faz.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – E quem o faz precisa responder ao conjunto da legislação brasileira.

Encerro de verdade, presidente. A disputa sobre os rumos da escola é legítima, mas é fundamental que um parlamentar ou qualquer ente da vida pública respeite o arcabouço legal e, fundamentalmente, respeite a profissão do magistério em sala de aula, a autonomia e a liberdade de cátedra dos professores e das professoras.

Lamento e repúdio que os nossos professores, infelizmente, tenham sido vítimas desse ataque e dessa perseguição.

Encerro dizendo que a Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta casa está à inteira disposição dos professores e professoras. Quem tiver o seu direito ameaçado pode procurar a comissão, que terá o seu direito garantido e defendido.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Registro a presença dos estudantes e professores do Sesi de Sobradinho participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Sejam todos bem-vindos. Peço à TV Câmara Distrital que faça uma filmagem da presença deles nesta casa. (Palmas.)

Quero dizer que, nesta casa, há 3 deputados que nasceram em Sobradinho: eu, deputado Ricardo Vale; o deputado João Cardoso; e a deputada Doutora Jane. Coincidentemente, eu cheguei a estudar no Sesi, mas foi no Sesi de Taguatinga, porque, em Sobradinho, na época, não havia.

Então, estou muito feliz com a presença de todos vocês aqui.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente.

Senhor presidente, eu começo dizendo que esse deputado que me antecedeu fala: “Um deputado desta casa”. Eu quero me apresentar: sou eu. Ele podia ter falado o meu nome, ter tido a hombridade de ter falado o meu nome, porque ele falou: “Se diz representante”. “Se diz”, não; eu sou representante.

Eu cheguei aqui pela força do voto. Eu cheguei aqui eleito. E, se ele não sabe, essa mesma escola tem professores lá que são crentes, são evangélicos e que são proibidos de professarem a sua fé dentro da sala de aula. Aliás, recentemente, esse mesmo Sindicato dos Professores e esse mesmo deputado foram contra uma escola no Gama que emprestava a escola no final de semana para a igreja fazer seus cultos. Então, a verdade é que essa extrema-esquerda tem um preconceito contra o evangélico.

Quero dizer ao deputado que eu não sou menino nem criança, e a minha primeira profissão é pedagogo. Eu sou pedagogo formado pela Universidade Católica de Brasília, com especialização em séries iniciais. Portanto, eu tenho moral para falar. E mais, senhor presidente, não é só moral, não. Eu tenho todos os áudios e todos os vídeos. Todos os áudios dentro da sala de aula eu tenho. Há rituais sendo feitos dentro de sala de aula. E ele evoca que é de matriz africana. Que vá lá um crente fazer um culto dentro da sala de aula para você ver o escárnio que haverá, no outro dia, contra a nossa religião.

A verdade é que nós estamos, nessa fala do deputado, em cima de um preconceito contra os evangélicos. Eu fiz o meu papel como cristão, como pedagogo e como advogado. Eu o fiz em cima de provas e denunciei ao Ministério Público. Pedi uma posição da secretária Hélivia Paranaguá, da diretora regional de ensino e da diretora daquele colégio. Que ela queira fazer qualquer coisa, que a faça fora da sala de aula. Por que tem que ser na sala de aula? Lá há alunos evangélicos, e eles não são obrigados a participarem desse tipo de coisa. Estão aqui os nomes de entidades que eles colocam na folha de caderno para que as crianças fiquem falando. Está aqui, senhor presidente!

Levaram folhas de árvore para dentro da sala de aula, jogaram no chão, escreveram o nome de entidades, e as crianças foram obrigadas a cantar hinos dessas culturas e a dizerem o nome dessas entidades.

Eu sou um pastor e represento a comunidade evangélica. Quem trouxe para mim foi uma mãe de um aluno evangélico lá. Não fiz nada demais, não. Eu só estou dizendo a essa professora que a sala de aula não é o ambiente para ela fazer isso.

Toda lei que ele citou aqui está no escopo, está na denúncia que eu fiz. Nós vamos enfrentar essa matéria.

Sabem quem é esse pessoal? É o mesmo pessoal que canta o Hino Nacional lá em São Paulo com linguagem neutra. Para eles, tudo pode. Eles tudo querem fazer. Essa extrema-esquerda está destruindo a nação e não entende que a nação mandou um recado muito duro: varreu o PT das capitais. O PT quase não ganhou em Fortaleza, quase perdeu para um menino de 26 anos por 10 mil votos. Eu lamento até que seja a minha cidade, o meu estado, o Ceará, que não entendeu que essa extrema-esquerda – e eles sempre falam isto da extrema-direita – faz muito mal para o Brasil. O Brasil acordou e mandou um recado duro. Agora, enquanto eu estiver aqui – deixa-me lhe falar –, não será uma fala de um deputado que vai me intimidar.

Essa professora, se ele não sabe, está mandando áudio para alunos do colégio. Eu a denunciarei outra vez ao Ministério Público. Farei isso quantas vezes for necessário. Eu sou um parlamentar eleito, represento parte de uma sociedade e tenho toda a autoridade nesta casa para fazer tudo aquilo que eu achar que está em conformidade com a minha fé, com a minha crença, com aquilo que me fez chegar aqui. Quem me trouxe para esta casa foram os evangélicos. Eles esperam muito que eu tenha a capacidade de representá-los e ir contra qualquer coisa que contrarie a nossa fé.

Não briguei com a professora, não a xinguei – isso é algo que eu não faço. Eu sempre cito nomes aqui, eu sempre falo, eu sou muito cuidadoso para não ferir a honra, a dignidade das pessoas. Mas eu usarei a minha posição de parlamentar com toda a força que eu tenho nesta casa e com a força de Deus, que há de me ajudar. Eu não tenho medo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, às vezes eu fico impressionado quando precisamos trazer uma voz de moderação e uma reflexão para esta casa – reflexão séria, sem ataques diretos à educação.

Parece-me que neste país virou uma mania a organização de um setor da política, especialmente da extrema-direita, que tem pavor da educação pública, tem pavor dos nossos educadores e educadoras – é bom que se diga que as urnas também deram um recado muito forte a esse setor político. Esse extremismo também foi derrotado nas urnas em 2024. Não achem que esse ódio à educação pública, aos professores, foi exaltado, porque não foi.

As culturas afro-brasileiras, as religiões de matriz africana, os povos tradicionais, infelizmente, deputado, são as vítimas de uma série de ataques a sua existência, a sua religiosidade neste país. Eu nasci num lar evangélico, fui criado na igreja evangélica, tenho um respeito enorme pela igreja evangélica, porque a minha criação foi na igreja Batista. Eu passei por algumas igrejas batistas do Distrito Federal. Mas eu tenho um carinho enorme pelas religiões de matriz africana, sei o que a história dos povos tradicionais representa para o nosso país. Hoje, infelizmente, é preciso afirmarmos a diversidade religiosa dentro da educação, porque existem alguns setores extremistas que a atacam.

Presidente, pegaram um filme, um vídeo, extremamente descontextualizado, para atacar uma educadora de forma desproporcional. Como uma educadora que está sendo atacada responderá à rede de ódio que um parlamentar ou uma figura pública é capaz de fazer em suas redes? Isso é muito preocupante. Por que não buscar o diálogo? Por que não buscar compreender aquela realidade, entender o que aconteceu ali dentro? A legislação que a dá suporte foi mais do que provada pelo deputado Gabriel Magno, inclusive na autonomia dos estudantes que escolheram a religiosidade como tema dentro da questão afro-brasileira. Eles ouviram, sim, músicas, ouviram as tradições, dialogaram sobre esse tema – algo extremamente normal. Não era uma aula de evangelismo, não era uma aula de convencimento, era de conhecimento de uma matriz religiosa diferente daquela que nós conhecemos. Isso cabe, e cabe muito, na educação. O que não cabe a nós é apontar o dedo de forma extremamente odiosa, especialmente usando o nome de Deus. Do meu ponto de vista, essa atitude não representa o povo evangélico do Distrito Federal, não me representa. Eu conheço muitas lideranças da cidade que também não se sentem representados por esse tipo de atitude. (Palmas.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

Logo após sua fala, ouviremos o deputado Thiago Manzoni, o deputado Pastor Daniel de Castro e o deputado Chico Vigilante – que falará como líder. Peço que as intervenções sejam breves, porque estão virando discursos demorados.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Com todo o respeito que eu tenho ao parlamentar, deputado Pastor Daniel de Castro – eu inclusive não o citei, porque sei que esses processos não são só individuais –, eu quero responder com 2 argumentos. O primeiro é mais um além dos que eu já disse na tribuna: a metodologia da professora que vossa excelência questiona foi ministrada pela própria Secretaria de Estado de Educação, pela Eape, no curso de formação de profissionais da educação – no caso, a pedagogia Griô. Então, é preciso questionar a própria Secretaria de Educação.

O ataque direto à escola e o ataque direto à professora não me parecem, neste caso, cabíveis, porque não houve uma vírgula do que não está nos expostos legais e nos atos da Secretaria de Educação.

Segundo ponto, presidente, já encerrando, foi a tentativa de confundir coisas que são diferentes. O deputado usou o caso da escola do Gama com uma igreja evangélica, que ocorreu no ano passado, em que houve uma denúncia. Diferentemente do que aconteceu agora, e por isso não dá para misturar, a denúncia naquele caso em questão não era contra a escola, era contra a igreja. E por quê? Porque, ao acessar a página da igreja, havia lá que a sede da igreja era o endereço da escola; o telefone da igreja era o telefone da escola. A denúncia foi contra a igreja, não foi contra a escola. Porque a escola pode, como faz, emprestar o espaço físico às diversas religiosidades, às igrejas, aos cultos, aos movimentos; ela está ali, enraizada no território. Praticamente todas fazem isso.

Esse caso que ele cita como exemplo para contrapor é outra coisa. Nesse caso, a igreja se apropriou da escola, constava no *site*, na página da própria igreja. Então, são situações diferentes. É importante esclarecer tudo para não haver problema depois de ficarem pensando que são a mesma situação, são situações completamente diferentes.

Eu reafirmo aqui a defesa que nós faremos sempre da escola e dos professores e professoras, inclusive utilizando a Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado. Eu começo dizendo que o grande problema é que os mesmos que defendem a laicidade do Estado, quando o assunto é Bíblia, depois vão defender rituais de outras religiões em sala de aula. Não dá para defender as 2 coisas. Há que se ter o mínimo de coerência no discurso.

Então o que acontece, na verdade, é que a extrema-esquerda é anticristã. Eles não toleram a Bíblia, eles não toleram os cristãos. Eles foram muito inteligentes e muito perspicazes ao colocar no ordenamento jurídico tudo aquilo que eles precisavam para ensinar religião dentro das escolas, disfarçado de cultura e de história de determinados povos. Porque é isto que acontece: eles travestem o ensino de cultura e de história, travestem o ensino de religião com o ensino da cultura e da história. Assim, toda sorte de ritual vale. O problema é que as religiões cristãs são religiões dogmáticas. O cristianismo tem um livro de fé, que é a Bíblia Sagrada, as religiões africanas são ritualísticas.

Então, você pode ensinar religião africana apenas por meio de rituais. Eles não têm livro sagrado. Ao fazer esses rituais em sala de aula, o que eles estão fazendo é ensinar religião para alunos cujas famílias, em sua maioria, são católicas e evangélicas. Os pais não querem isso na sala de aula! Os pais não deixam os seus filhos na sala de aula para isso!

O Supremo Tribunal Federal, em 2008, no julgamento do HC 87.585, disse que as convenções e tratados que são trazidos para o direito brasileiro não têm mais força de lei ordinária, porque poderia vir uma outra lei a revogar o que o pacto, a convenção ou o tratado prescreve. Os pactos, os tratados e as convenções têm efeito supralegais. Eles estão acima da lei, estão abaixo da Constituição federal, mas têm força acima da lei.

Então, toda essa normatização que foi mencionada pelo deputado da extrema-esquerda se submete ao Tratado de San José da Costa Rica, que diz no art. 12, 4: “Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.”

Então, essa ladainha toda aqui é para tirar o direito dos pais de educar os filhos com relação à religião e à moral. Nesta casa e no Distrito Federal, há deputados que vão lutar pelo direito de os pais educarem os seus filhos, e eu sou um deles.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu preciso consertar uma fala dessa esquerda. Olha o que o deputado falou. Ele disse que eu odeio educação e que eu fui odioso com a professora.

Deputado, o senhor não tomou nem a liberdade de olhar o documento que eu mandei! Desafio o senhor a mostrar que fui odioso com quem quer que seja. Eu fiz um requerimento ao Ministério Público, à professora, à Secretaria de Educação e à diretora. Porém, deixe-me falar uma coisa para vocês: vocês estão corretos! Vocês têm que defender o que vocês acreditam. Vão fundo! Nós vamos ter embate aqui mesmo, mas eu defendo o que eu acredito e o que eu vivo. A minha vida é diferente! Sou professor há 34 anos. Eu me formei em 1990 na Universidade Católica. Dei aula há muito tempo. Aliás, invadi essas igrejas dando aula!

Porém, não podem colocar isso na cabeça das nossas crianças! Vocês têm que entender uma coisa: neste país, mesmo no princípio da laicidade que vocês tanto usam, ser laico não é não ter religião, ser laico é viver com todas as religiões. E nós estamos prontos para isso.

O problema de vocês é que vocês odeiam – vocês falam que nós odiamos, mas são vocês que nos odeiam. Vocês odeiam evangélico, vocês odeiam a religião, vocês odeiam a Bíblia Sagrada, que é o nosso livro, regra de fé, onde nós vivemos. A nossa prática condiz com a Bíblia Sagrada.

Há outra coisa, gente. Lá estão crianças, filhos de gente das nossas igrejas. Eu não fui buscar nada, mas os pais vieram ao meu gabinete falar sobre isso, porque estão querendo incutir isso nas crianças que são evangélicas. Elas não são obrigadas a ficar numa sala de aula quando há uma matéria como essa! Não são, e me mostrem que são! Não são!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu vou falar de questões que interessam ao povo que está assistindo a nós. Acho que debate sobre religião é na igreja. Vão para as igrejas debaterem. É muito importante vocês fazerem esse debate lá. Aqui não é igreja, aqui é o parlamento. Aqui há pessoas que acreditam em Deus, inclusive eu.

Eu quero falar de coisas que interessam ao comum dos mortais.

Eu quero falar do cartel dos combustíveis. Eu estou com o relatório do Cade, com 134 páginas. Aquilo que eu sempre falei nesta tribuna está exposto neste relatório. É uma pena que a superintendência do Cade tenha demorado quase 10 anos para encaminhar esse relatório ao tribunal do Cade, com escutas transcritas – apesar do acesso restrito –, que mostra como o cartel age efetivamente. Está escrito o nome de cada um, as reuniões que eles fizeram para combinar os preços, inclusive com a diminuição e o aumento de centavos. Está tudo aqui: a prova concreta da existência do cartel dos combustíveis no Distrito Federal. Eu vou, inclusive, encaminhar, mais uma vez, esse relatório do Cade à Polícia Federal, porque aqui está tipificada uma série de crimes praticados pelos operadores do cartel. Aqui está clara a tipificação e os nomes das pessoas que operam o cartel, o *modus operandi* e como eles fazem para prejudicar efetivamente a nossa população usuária de carro.

Nós andamos de carro não é porque gostamos, mas porque o transporte público é ruim e não conseguimos chegar aos locais em tempo hábil. É por isso que andamos de carro, e há muita gente que está comprometendo mais de 1/3 do salário com o transporte.

Está aqui o relatório e fico feliz que todas aquelas denúncias que eu fiz agora estão comprovadas, inclusive a participação do presidente do sindicato dos postos de gasolina, que eu sempre disse que é um laranja, e agora está tipificada, escrita e documentada a participação dele.

Dito isso, quero abordar agora um assunto político. Por aí se fala em extrema-direita e em extrema-esquerda. A verdade é que quem ganhou as eleições foi o centro. A extrema-direita, essa sim,

foi varrida. Vejam a cidade de Imperatriz, no Maranhão – única cidade do Maranhão em que houve segundo turno. O Capitão Capiroto armou barraca em Imperatriz; ficou lá, levou a dona Michelle, levou aquele rapaz de Belo Horizonte – eu não vou dizer como é que o chamam por aí, mas todos sabem quem é –, e perderam a eleição. Foram derrotados em Imperatriz, no Maranhão.

Perderam a eleição em Belo Horizonte; perderam a eleição em Aparecida de Goiânia e em Goiânia, nossas vizinhas; e perderam em Fortaleza. A eleição de Fortaleza teve um sabor maior para nós, porque lá se juntaram o Capitão Capiroto e o Ciro Gomes. Alguém imaginava que o Ciro Gomes iria se juntar ao Capitão Capiroto? Pois estavam os 2 juntos. Foram derrotados por um Leitão, o nosso Leitão foi lá e derrotou os 2; o nosso candidato, que tentaram desclassificar. Ele possui 3 mandatos de deputado estadual, é presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, foi lá e empacotou o Capitão Capiroto junto com o Ciro Gomes. Isso tem um sabor extraordinário.

Eles também perderam em uma série de outros estados. Portanto, a extrema-direita foi derrotada. O PT saiu vitorioso, mas quem ganhou mesmo foi o centro.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni, ainda pelos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Cumprimento os demais parlamentares, a imprensa presente e quem assiste a nós na galeria, pelo canal do Youtube e pela TV Câmara Distrital.

Há coisas que interessam. Imaginem um pai que todos os dias sai para trabalhar e deixa os seus filhos na escola; imaginem se o que o filho aprende na escola interessa ou não interessa ao pai; imaginem um pai que ensina o filho em casa a professar uma religião, qualquer que seja a religião, e que, na escola, o filho aprenda outra religião. No nosso caso, há uma religião sendo perseguida no Brasil. Aliás, há algumas religiões sendo perseguidas no Brasil: as religiões cristãs.

A esquerda e a extrema-esquerda não toleram o cristianismo. Eles não toleram o amor a Deus, porque para eles o Estado é que é Deus. Eles não toleram o amor à família e a construção da família. Eles não toleram que o coração dos pais seja convertido aos filhos e que o coração dos filhos seja convertido aos pais. Eles querem a destruição da família e, ao longo do tempo, entenderam que utilizar as escolas para destruir os conceitos religiosos que os pais ensinam em casa era uma boa estratégia. Ao longo das últimas 3 décadas, conseguiram passar muitas leis – leis federais e leis distritais – de deputados que defendem o ensino – repito – de religião africana, travestido de história e cultura africana e indígena. São leis que passaram, mas elas devem se submeter ao Pacto de San José da Costa Rica.

O Pacto de San José da Costa Rica concede aos pais o direito de ensinar sobre religião e moral aos seus filhos. É dos pais o direito de ensinar sobre religião e sobre moral. E mais, o art. 26,3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que aos pais pertence a prioridade de escolher o gênero de educação a dar aos filhos. Não é o Estado que escolhe isso; são os pais.

Porém, quando um deputado sai em defesa do direito dos pais e faz uma denúncia, ele é ameaçado da tribuna por outro parlamentar. Ele é ameaçado! O parlamentar falou assim: “Eu vou recorrer aos órgãos. Eu vou ao Ministério Público. Eu vou a todos os órgãos”. Sabem por quê? Porque eles acreditam que os órgãos vão trabalhar contra o cristianismo.

Lá em Pernambuco, por exemplo, as crianças foram proibidas de fazer o intervalo bíblico, não havia professor ensinando, não era em sala de aula; eram as crianças querendo discutir a Bíblia. Mas, nesse caso, o aparato do Estado foi usado para cercear o direito, deputado Pastor Daniel de Castro. Os alunos faziam aquilo de maneira espontânea.

Agora, os mesmos órgãos vão ser acionados para garantir o direito de que uma religião diferente das religiões cristãs seja ensinada em sala de aula. Esse é o duplo padrão típico da esquerda. A mesma esquerda que procura o órgão investigador para denunciar: “Estão ensinando Bíblia na escola” – os próprios alunos, não era professor –, é a esquerda que vai procurar o órgão investigador para dizer que se deve ensinar os rituais das religiões africanas em sala de aula.

Será que isso não interessa aos pais? Será que os parlamentares estão proibidos de falar disso na tribuna? Será que os pais não têm o direito de saber o que os seus filhos estão aprendendo em sala de aula? Será que expor o que acontece em sala de aula é realmente um crime cometido pelo parlamentar?

Eles dizem defender a diversidade religiosa como dizem defender a diversidade em geral, mas diversidade para eles é aceitar só o que eles querem e só o que eles acreditam. Se fosse diversidade de verdade, aceitariam a Bíblia e outras religiões, mas não as aceitam. Só vale o que eles querem.

Repito o que falei do meu microfone ali na mesa: nesta casa há deputados que vão lutar pelo direito dos pais de educar os seus filhos, e eu serei um desses até o final do mandato.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Enquanto eu estiver aqui, até dezembro de 2026, eu defenderei o direito de os pais educarem os seus filhos, inclusive no que diz respeito à concepção de família, inclusive no que diz respeito ao caráter, à moral, à ética – em especial, a ética judaico-cristã, que fundou a civilização ocidental, e que agora a esquerda dita progressista quer destruir. Querem destruir para nos levar de volta aos instintos mais primitivos de todos! Mais primitivos de todos! E dizem que aqueles que ousam dizer estas verdades é que têm ódio no coração.

É por amor que eu vou defender o direito de os pais educarem os seus filhos. É por amor ao Brasil que eu vou defender o direito de as famílias se protegerem desta ideologia perversa que destrói tudo o que foi construído ao longo de milênios. As nossas maiores tradições e as nossas melhores virtudes devem ser preservadas, e eu lutarei, enquanto eu estiver aqui, até dezembro de 2026, para que elas o sejam. Os conservadores do Distrito Federal podem contar comigo. Os católicos, os evangélicos, os espíritas do Distrito Federal, todos os cristãos podem contar comigo. Nós estamos juntos nessa trincheira.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

A nossa ideia é votarmos, em segundo turno, os projetos dos deputados. Por isso, é importante que avancemos, e tentemos fazer falas mais objetivas, para que consigamos votar, além dos projetos dos deputados, em segundo turno, alguns projetos do Executivo que são extremamente importantes para o atendimento da população.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente.

Boa tarde. Boa tarde a todos, a todas, a quem está nos acompanhando, boa tarde aos presentes no plenário, às assessorias, aos colegas.

Ontem foi o dia do servidor público e não há como não falarmos sobre o serviço público e sobre a consequência dele para o Distrito Federal.

Presidente, trago alguns dados importantes que levantamos. Acho que o momento é oportuno. Estamos chegando praticamente ao final do ano e fazemos uma discussão sempre muito responsável sobre a Lei Orçamentária Anual. Como eu sempre falo, há um perfil muito propositivo desta casa ao fiscalizar a questão do orçamento.

Sempre falamos que algumas pastas são importantes – e são mesmo. Vemos isso na hora de planejar, porque a LOA é muito importante. A LDO traz o planejamento e a LOA efetivamente vai dizer mais ou menos o que nós vamos ter de dinheiro, de recurso, para investir no Distrito Federal. Temos o privilégio de estar na capital do Brasil, e temos um fundo que faz um aporte muito grande aqui. Somos, de certa forma, privilegiados.

Nós temos feito um trabalho muito responsável, mas eu queria pedir a sensibilização do Governo do Distrito Federal, porque nós podemos antecipar, por exemplo, algumas nomeações. Há uma certa folga para que a nomeação de servidores ocorra. Deputado Fábio Félix, dentro da LRF, o índice está em 38,10. Lembro que se entra em alerta quando chegamos a 44,10. Esses dados estão no Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre do próprio GDF, que mostra já haver um valor de mais ou menos 2 bilhões para que possamos, por exemplo, entre coisas muito importantes na cidade, trabalhar com as nomeações.

Eu falo isso, porque levantei os dados sobre cargos vagos na saúde, o que faço sempre com muita responsabilidade. Estes dados estão no Portal da Transparência da Secretaria de Saúde do DF, deputado Max Maciel. O Portal da Transparência fala que há 24.873 cargos vagos. Esses cargos vagos estão subdimensionados. Eu quero dar o exemplo dos enfermeiros. A lei que dispõe sobre o número de cargos dos enfermeiros foi feita em 2013. Naquela época, Brasília tinha uma população, hoje há outra população. A própria Secretaria de Saúde aponta que o número de cargos de enfermeiros dentro da secretaria teria que ser, hoje, de mais de 6 mil, mas há 5 mil vagos conforme dados colhidos no Portal da Transparência.

Por isso, deputado Iolando, esse dado de quase 25 mil cargos vagos é um déficit subestimado da secretaria, percebemos que o número é muito maior. Eu fico preocupada com isso. Quero fazer um apontamento e um pedido para que a população – o pessoal da segurança, da saúde, da educação – faça também esse trabalho de fiscalizar esta casa. Nós teremos, até o final deste ano, momentos importantes de votação, inclusive a votação do PLOA.

Eu fiquei triste de ver, novamente, no PLOA de 2025, a indicação do montante de somente 10 milhões em recursos para nomeações. Afirmo que 10 milhões talvez não sejam suficientes para cobrir nem 10% do déficit real da secretaria.

Eu fico preocupada com a possibilidade de o plano ser, na verdade, a ampliação do Iges ou de outra forma de contratação. Nós ficamos preocupados devido a conversas que surgiram em alguns grupos de gestão, falando da possibilidade de se aumentar ou terceirizar essa atenção primária no terceiro turno.

Falamos com a secretaria sobre isso. Ela negou, mas falou que existe um plano de contingência da dengue. Vamos lutar para que o plano de contingência da dengue seja um plano que aconteça todo ano, que passa por nomeação de servidor, por contratação, que passa pelo orçamento na atenção primária, que passa pela reestruturação da SVS. Esses são vários apontamentos que nós já abordamos aqui.

Nós nos colocamos à disposição para construir.

Convoco a presença de todos para, no próximo dia 7 de novembro, a apresentação de contas do Iges nesta casa. Parabenizo, desde já, a deputada Paula Belmonte, que tem feito esse trabalho de fiscalização na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, da qual eu também faço parte. Convoco todos os servidores para estarem presentes na apresentação de contas do Iges, porque esse é o nosso dever, esse é o nosso papel.

Quero pedir ao governo que tenha a sensibilidade de aumentar, no PLOA de 2025, o número para as nomeações e para as reestruturações.

Contem conosco! Parabéns a todos os servidores que fazem tanto, apesar de todas as dificuldades no Distrito Federal.

Eu tenho orgulho de ser servidora pública e dizer que eu sirvo a população.

Como eu servi como servidora, eu vou continuar servindo como parlamentar. Como eu digo sempre no plenário: política é cuidar das pessoas. E eu sei que o servidor faz isso. Em 23 anos de carreira como servidora, eu tenho feito isso e não vou fugir agora dessa missão.

Obrigada e parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Deputado Fábio Félix, vossa excelência deseja fazer uso da palavra?

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós conversávamos, eu, o meu líder e o deputado Max Maciel, sobre um projeto de lei de crédito que chegou a esta casa e fala sobre o equilíbrio financeiro do transporte público. Este é um tema de relevância real para a população do DF, porque tem a ver com 200 milhões de reais saindo do bolso da população, do poder público e indo para o suposto equilíbrio financeiro das empresas de transporte.

Por que nós estamos chamando a atenção, mais uma vez, para esse tema? Quem acompanha a atuação do nosso mandato, dos nossos mandatos, na verdade, sabe que, desde 2019, nós temos enfrentado os créditos que vão para o transporte público sem transparência. A Secretaria de Mobilidade não explica o motivo por que esses 200 milhões – em outro momento, foram 500 milhões – são

direcionados para as empresas de ônibus.

O fato é que há uma caixa preta no transporte público do DF cujos dados ninguém quer trazer para a Câmara Legislativa do DF. Temos recomendação do Ministério Público do DF para que haja uma nova licitação, porque ele também não entende a conta que é feita em relação a esse tema.

Há uma precariedade enorme. Todo mundo sabe disso. Agora houve troca da frota...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ...depois de muita pressão da população, dos parlamentares, de uma luta de décadas. Agora, não há transparência de quanto nós devemos pagar para as empresas.

Nós, do PSOL, somos absolutamente favoráveis ao subsídio do Estado ao transporte público, inclusive para alcançarmos a tarifa zero. O que nós não podemos fazer é continuar alimentando um sistema de transporte que não tenha transparência.

A Secretaria de Mobilidade precisa vir à Câmara Legislativa e explicar exatamente para onde esse recurso vai e por que o cálculo é de 200 milhões; qual é a relação, hoje, da Secretaria de Mobilidade com as empresas e como é feito o cálculo para que esse pagamento seja efetuado e não outro valor.

Isso é muito importante, porque não há confiança, por parte da população do Distrito Federal, nesses repasses para as empresas. Até porque a população não sente confiança só porque o transporte é ruim, mas por toda a precariedade no sistema, especialmente do Metrô agora, em que temos tido uma série de incidentes. Não há um planejamento adequado de manutenção, de cuidado com o Metrô, que é uma empresa pública fundamental para esta cidade.

É preciso que o GDF explique isso. É preciso que os dados apareçam. É preciso que o secretário de mobilidade venha a esta casa para explicar os 200 milhões, por que o governo quer fazer um repasse de 200 milhões, por que esse recurso não foi previsto no orçamento.

Deputados, há um orçamento. O governo pode prever o orçamento do ano, inclusive de repasse para as empresas. Por que não prevê o valor correto? Por que tem que ficar enviando crédito a esta casa para aprovar e transferir recursos para as empresas de ônibus? É um projeto que não explica a motivação do envio desse recurso.

Esperamos que o governo possa prever na PLOA de 2025 todo o orçamento que é preciso para o subsídio das empresas de ônibus. Mas não. Sempre um crédito novo é enviado a esta casa sem transparência.

Então, o nosso compromisso é com a transparência. Nós queremos os dados. É importante que todos os líderes desta casa cobrem que esses dados sejam apresentados e que, só depois disso, esta casa submeta à votação esse projeto de lei de crédito que foi enviado agora.

Eu encerro, presidente, falando sobre a tragédia que é, neste país, o ataque que as religiões de matriz africana sofrem. Não vemos nenhuma igreja evangélica, graças a Deus, sendo atacada. Nenhuma igreja foi fechada desde que o Lula assumiu a Presidência da República. Eu falo até rindo, porque ninguém acredita nessa mentira deslavada da extrema-direita sobre o presidente Lula, sobre os partidos de esquerda. Ninguém acredita, mas eles repetem. E, como o marqueteiro, lá atrás, do Hitler dizia, a mentira repetida muitas vezes vira verdade. Eles fizeram um regime extremamente autoritário, um regime de perseguição, com base na repetição das mentiras.

Então, ninguém acredita. Nenhuma igreja evangélica foi fechada com Lula. Pelo contrário, agora ele até sancionou um projeto de lei relacionado ao tema da música gospel. Isso não é um problema no Brasil, nunca foi um problema e não será um problema. Mas, infelizmente, as religiões de matriz africana ainda sofrem muito. Tivemos, há alguns anos, um ataque a um terreiro. Tocaram fogo em um terreiro. Aconteceu isso também em Planaltina, com representações das religiões de matriz africana.

Portanto, é muito importante ter prevenção, ter orientação, ter respeito, parar com satanização. Até os termos utilizados – magias, rituais... A ideia desse setor que propaga o ódio, fala tanto em amor, mas não tem amor... Eu aprendi na igreja evangélica o Jesus de 1 Coríntios 13, um Jesus que amor, que é graça, que é generosidade. Nem de longe é esse Jesus que propaga o ódio, a distância e não um abraço generoso e diverso entre as diferentes religiões. Esse é o Jesus que eu aprendi a amar, que eu aprendi a conhecer dentro da igreja. É muito distante disso.

Eu tenho certeza de que, em muitos momentos, a religião não propagou exatamente aquilo que era a verdade e o amor de Deus. Sabemos da história. Foram os religiosos. Nos evangelhos, é

descrito quem foram os entusiastas da crucificação de Jesus. Sabem quem foram? Foram os religiosos, os fariseus, lá atrás. Então, eu acho que o Cristo de verdade mora no coração das pessoas e na generosidade que as pessoas têm em abraçar a verdade, o respeito à diversidade.

Eu queria aqui, publicamente, elogiar a professora que construiu um momento de reflexão à diversidade...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ...um momento para refletir sobre tradições das religiões de matriz africana sem ofensa a nenhuma religiosidade, sem promover rituais, evangelismo, sem querer trazer ninguém para outras religiões.

Não ficamos aqui repudiando Bíblia, afinal há até uma Bíblia, uma Nossa Senhora atrás de nós. Todo mundo respeita a diversidade religiosa. Vamos respeitar, vamos tratar a religião com generosidade e parar com discurso de ódio aqui, minha gente. Não faz parte do repertório que queremos construir, não faz parte de um Brasil diverso. Vamos respeitar os educadores, as educadoras, porque há uma coisa muito importante que eu aprendi na prática política: uma coisa é o discurso, porque o discurso convence, mas o exemplo arrasta.

Também na religiosidade Jesus falava que uma coisa é o discurso do pregador, do fiel, outra coisa é o testemunho. Vamos dar um testemunho de amor, porque isso é muito mais importante do que esse discurso de ódio, que é feito muitas vezes em nome de Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, não vou entrar nessa pauta religiosa que hoje foi debatida aqui, principalmente, pelos deputados da extrema-direita desta casa.

É impressionante como eles agem. Já tentaram se apoderar da Bandeira Nacional, da camisa da seleção brasileira, da pauta de que só eles defendem a família, só eles são famílias. Agora – pasmem! –, Cristo pertence à extrema-direita, Cristo é deles. Quem não é da extrema-direita, quem é da esquerda, não é cristão. Isso foi dito aqui várias vezes hoje. Um absurdo, uma falta de respeito, inclusive, com muitos cristãos que há nesta casa e que são de esquerda, assim como eu, que sou cristão, sou católico.

É impressionante como a extrema-direita e seus deputados radicalizam o debate e trazem a esta casa uma pauta religiosa, que, na minha avaliação, tinha que ser abordada lá na igreja e não aqui.

Nesta casa, temos que debater o que é melhor para a população do Distrito Federal. Temos que trabalhar para melhorar as condições de vida de todos, independentemente de religião, credo, cor, raça, e não ficar discutindo: Cristo é meu, Cristo não é seu; a camisa da seleção brasileira é minha, não é sua; a bandeira do Brasil é minha, não é sua. Chega, meu! Os resultados das urnas nos deram demonstração de que essa pauta está vencida e não acrescenta nada para o povo brasileiro.

Manifesto meu repúdio a esse debate rebaixado, que tenta discutir assunto religioso nesta casa e não melhora em nada a qualidade de vida do povo do Distrito Federal.

Quero falar sobre algo sério, que tem de ser debatido nesta casa com muita responsabilidade. Infelizmente, mais uma mulher foi vítima de feminicídio no Distrito Federal – a 17ª mulher. Jucélia dos Santos foi morta domingo à tarde pelo seu companheiro lá no Sol Nascente. São 17 mulheres mortas por feminicídio no Distrito Federal. Passem: até julho, quase 10 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica, o que representa, mais ou menos, uma média de 80 violências domésticas por dia no Distrito Federal. Esse é um assunto sério que esta casa e o Governo do Distrito Federal têm que debater.

Eu fico muito chateado, porque nós aprovamos leis importantes na Câmara Legislativa e, infelizmente, o poder público não as coloca em prática. Há 2 leis de minha autoria que foram aprovadas e que foram até regulamentadas pelo governo. A primeira pune financeiramente o agressor de mulheres, com multas que vão de 500 a 500 mil reais, dependendo do poder aquisitivo da figura. Quase 10 mil homens agrediram mulheres no Distrito Federal este ano – 80 por dia. Se o governo já estivesse multando essas pessoas, talvez estivéssemos com índices menores. Mas, infelizmente, a lei não é colocada em prática.

A segunda é a Lei nº 5.806/2017, que valoriza as mulheres e combate o machismo promovendo o debate nas escolas. A Secretaria de Educação regulamentou essa lei e ainda não a

colocou em prática. Se nós já estivéssemos fazendo o debate nas escolas desde 2017 – embora a lei só tenha sido regulamentada este ano –, certamente teríamos uma geração menos machista no Distrito Federal, uma geração de homens que respeita mais as mulheres e os seus direitos. Essa é uma política pública que pode ser implementada já, agora, para começar a diminuir esses índices de violência.

Na minha avaliação, também deve ser colocada em prática, pela Secretaria de Justiça, a lei que pune financeiramente os homens que agredem mulheres no Distrito Federal. Como falei, as multas vão de 500 a 500 mil reais.

Está na hora de levarmos esse assunto com mais seriedade. Toda vez que uma mulher é morta no Distrito Federal, toda vez que uma mulher é vítima de violência doméstica, vêm aqui os parlamentares, o governo, a imprensa. Todo mundo fala, mas, concretamente, as políticas não são implementadas. Concretamente, não há política pública para começarmos a diminuir e minimizarmos esses índices.

Mais uma mulher foi morta neste domingo e nós não sabemos quem será a próxima vítima. É preciso darmos uma atenção muito séria à questão da violência contra a mulher e da violência doméstica no Distrito Federal, para diminuirmos esses índices o mais rápido possível, presidente. Está muito séria a situação da violência contra a mulher no Distrito Federal e, infelizmente, em todo o país.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde, outra vez, aos deputados e deputadas desta casa, aos assessores, ao pessoal que nos acompanha pela TV Câmara Distrital.

Presidente, eu nem iria falar, mas tive de vir para não ficar o dito pelo não dito. Nenhum cristão no mundo vai dizer que Cristo é exclusivamente dele, até porque o evangelista João, em seu capítulo 3, versículo 16, disse: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho Unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. Então, ele veio para todos.

Entretanto, há uma verdade absoluta: os cristãos são o povo mais perseguido na história da humanidade. É só ler um pouco a história para se ver quem é o povo mais perseguido: são os cristãos, que foram perseguidos, que foram mortos. Mas nós nunca abrimos mão do Evangelho de Jesus – nunca! –, nem de falar do Evangelho de Jesus. Vir aqui falar do Evangelho, falar que Jesus é amor e querer imputar a nós o ódio? Não! Eles fazem isso porque falamos a verdade. Esse Jesus que falaram que é amor também é fogo consumidor. Ele é o Jesus que salva, mas é o Jesus que vai condenar. Ele é o que vai fazer a separação e quem vai dizer quem vai para o céu ou quem não vai.

Lembrem que uma vez levaram uma mulher sírio-fenícia à presença dele só porque tinha feito um ato de adultério, e queriam matar essa mulher. Jesus disse para aquela multidão: “Quem não tem pecado atire a primeira pedra”. Do mais velho até o menor, todos soltaram a pedra e foram embora. Jesus vira para ela: “Cadê os teus acusadores? Não estão aqui”. Ele vai dizer: “Também não te acuso. Agora, vai em paz e não peques mais, para que não te suceda coisa pior”.

É que o Evangelho é duro. O Evangelho não é brincadeira. A graça de Deus alcança todo mundo. O Evangelho é pela graça de Jesus, mas a graça custou um alto preço. Foi preço de sangue do filho único de Deus.

Essas pessoas precisam entender que quem é perseguido é cristão. Nós cristãos temos sido perseguidos há muito tempo, há muito tempo na história da humanidade.

Chegamos a este parlamento, tal como outras pessoas que aqui chegaram por representarem alguém que acredita naquilo que defendem e os empurraram com o voto. Eles vieram para cá ser representantes dessas comunidades.

Aqui há vários deputados que são evangélicos, que vieram também para cá com a força de um segmento. É natural, gente, que façamos o debate, mas é natural que defendamos aquilo em que acreditamos. A esquerda queria falar, tripudiar e imaginava que ficaríamos calados e que não viríamos à tribuna. Vou vir à tribuna, sim! A tribuna é o meu lugar, dado a mim por aquele povo que votou em mim.

Não tenho nenhuma preocupação de um deputado vir aqui e fazer uma acusação de que vai mandar para o Ministério Público. Pode mandar. Deve mandar, como também vou fazer o que for necessário. Isso é o exercício parlamentar que as pessoas confiaram a nós. Elas nos deram esse

direito. Elas nos deram o seu voto. E, quando ela está dando o voto, está fazendo uma procuração por 4 anos, irrevogável, para que possamos defendê-la. Está dando a voz dela para nós. Sou a voz dos cristãos nesta casa, como é o deputado Thiago Manzoni, como é o deputado Iolando, como é o deputado Martins Machado, o próprio deputado Pepa, o deputado João Cardoso.

Somos as vozes dos cristãos e, todas as vezes em que achamos que há algo que vem contra a nossa fé, contra aquilo em que acreditamos, podem ter a certeza de que estaremos aqui para enfrentar, para debater, para dialogar, para acionar os órgãos de controle, para fazer leis.

Há leis tramitando aqui, como o Estatuto da Liberdade Religiosa. Infelizmente, quando o projeto passa por algumas comissões, sentam em cima e não deixam passar. Enquanto estivermos aqui, vamos usar a força do parlamento para que a nossa voz seja ecoada.

Tenho a certeza de que a esquerda sabe usar muito bem a tribuna. Podem analisar nos anais desta casa que quem mais vem aqui é a esquerda, porque daqui ela se comunica com o público dela. E ela quer cercear a nossa voz, a voz da direita? Querem cercear a voz do cristão? Querem cercear a voz de um pastor, dizendo que aqui não é a igreja. Realmente não é. É o parlamento, mas eu sou pastor e isso ninguém tira de mim: onde eu estiver serei um pastor; onde eu estiver falarei de Jesus; onde eu estiver vou falar da Bíblia. Gostem ou não gostem disso. Problema deles.

Sento aqui e ouço tantas coisas que a esquerda fala, fico calado e muitas vezes nem retruco. Estaremos presentes para fazer os embates, os enfrentamentos necessários e defender aquilo em que acreditamos. Deus, pátria, família e liberdade é aquilo em que acreditamos; é o que pregamos. Pregamos a Palavra de Deus, porque a Palavra de Deus é o poder de Deus!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Mais uma vez eu insisto aos colegas deputados: há projetos dos próprios deputados para serem votados em segundo turno que eu gostaria de colocar em votação.

Pergunto se algum deputado ainda deseja fazer uso da palavra?

Concedo a palavra ao deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente, é bom vê-lo sorrindo, firme, aqui conosco.

Não sei se hoje estamos preparados para votar o Regimento Interno da Mesa Diretora. É algo que deve ser levado a sério. Devido a questões tecnológicas e tudo mais, tem que haver uma atualização no Regimento Interno, algo que coopera para a nossa democracia, mas a maioria dos deputados tem de estar presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É verdade, deputado, é matéria extremamente importante. Se percebermos que não há quórum suficiente...

Quero ver se, na segunda-feira que vem, conseguimos fazer reunião com todos os deputados para definirmos as pautas mais importantes. Quero, inclusive, conversar com os deputados sobre o Programa de Aposentadoria Incentivada, o PAI. Houve um questionamento feito pelo Tribunal de Contas, que entendeu que aquele processo por projeto de resolução não era o ideal, o adequado, e sugeriu que fizéssemos um projeto de lei.

Então, a Mesa Diretora está apresentando esse projeto de lei para que possamos votar. É um pedido, uma demanda dos servidores desta casa, algo extremamente importante, econômico para a casa e a oportunidade que temos de chamar esses concursados que estão aguardando, cuja maioria tem o seu concurso expirando em março do ano que vem.

O PAI é algo extremamente importante para nós. É uma recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Em face do instrumento aprovado no passado, há um questionamento e, por isso, estamos sugerindo a alteração, para avançarmos nessa pauta.

Além disso, há outros projetos importantes para serem votados, conforme o deputado Martins Machado, de forma sempre muito sábia, colocou. O Regimento Interno é matéria extremamente importante para que votemos no limite dos deputados. Temos de apreciar com 22, 23 ou 24 deputados.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, foi bem

citada pelo amigo essa questão de muitos concursados que precisam, de forma imediata, ser nomeados. Eu quero ressaltar, mais uma vez, que é bom termos memória, lembrar o que passamos com a questão da dengue no ano passado e neste ano. Para contermos isso, peço que os ACS e os Avas sejam nomeados, se houver concurso pendente nessa questão.

Eu penso dessa forma, presidente, porque ninguém quer passar pela crise da dengue novamente. Eu ainda tinha aquela tese de que é melhor chamar os ACS e os Avas do que fazer tendas para suprir essa necessidade.

Precisamos ressaltar que eles estão nessa luta há muito tempo. O Iuri, presidente do sindicato, está sempre aqui conversando conosco. Acho bom voltarmos a nossa atenção para isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Pepa, eu me lembro bem de que, durante várias sessões, eu, o deputado Chico Vigilante, vossa excelência, além de outros deputados cobramos que o governador mandasse o projeto para esta casa. O próprio governador me ligou, mesmo viajando, e falou da importância em votarmos esse projeto.

Então, o Poder Executivo fez a parte dele. Vossa excelência tem razão: agora, cabe a nós parlamentares fazermos a nossa. Precisamos votar o projeto, que já está na casa e foi lido. Portanto, se houver acordo entre os parlamentares, devemos votá-lo.

Além do projeto dos Avas e dos ACS, há projetos em segundo turno e um projeto extremamente importante da deputada Doutora Jane.

DEPUTADO PEPA – Se já houve todo esse empenho do Poder Executivo, basta, agora, fazermos a nossa parte. Está na hora de fazermos isso e não votarmos o projeto no último momento. A necessidade é agora. Isso já está claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A bola está conosco. Cabe a nós votarmos a matéria. Não há mais como discutirmos a ação do Poder Executivo. A ação, agora, é do Poder Legislativo.

DEPUTADO PEPA – Presidente, nós estamos aqui. Precisamos votar essa matéria já porque é necessidade nossa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Volto a dizer: o governador me ligou pedindo a votação do projeto. Lembro que essa era uma demanda do Poder Legislativo. Então, já que é uma demanda nossa, cabe a nós fazermos a nossa parte.

O mesmo se aplica ao crédito da mobilidade, mas, a pedido do deputado Eduardo Pedrosa, devemos analisá-lo na segunda-feira e votá-lo na terça-feira que vem. É outro projeto importante.

DEPUTADO PEPA – Parabéns ao governador!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de entender 2 coisas.

Obviamente, todos estão de acordo com a alteração, na LDO, do projeto dos Avas e dos ACS e acham-na importante. Parece-me – eu gostaria de confirmar – que isso está em um projeto só, com outras emendas que vão ser feitas. O deputado Eduardo Pedrosa ia fazer essas emendas, inclusive a emenda oficiada pelo secretário de economia para incluir alteração, na LDO, do sistema socioeducativo, para previsão no ano de 2025.

Eu só gostaria de confirmar se é isso mesmo. O deputado precisaria fazer algumas alterações, inclusive as emendas do Anexo IV. Parece-me que sua excelência pediu que o projeto fosse votado na terça-feira que vem, por conta dessas emendas. Eu gostaria dessa confirmação.

Segundo, foi protocolado um projeto de lei, que antes era resolução. Ainda estamos analisando e não temos posição sobre esse projeto de lei. Eu gostaria que ele fosse votado na semana que vem, para conseguirmos fazer a análise adequada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vossa excelência se refere ao PAI?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sem dúvida nenhuma, precisamos encaminhar isso. Obviamente, não vamos atropelar nada, como nunca fizemos. No entanto, vou pedir,

de fato, empenho dos parlamentares.

Na semana passada, eu pedi que o Manoel mandasse o projeto para os gabinetes, para que todos os deputados tomassem conhecimento dele. Acabou havendo um atraso, e os deputados não tiveram tempo de analisar a matéria. Então, vamos incluí-la na discussão de segunda-feira.

Eu gostaria de pedir aos deputados que façam essa análise porque, de fato, o PAI é algo extremamente importante, é uma demanda dos servidores. Os próprios servidores da Câmara Legislativa têm pedido isso. Como o PAI existia e foi questionado pelo Tribunal de Contas, temos que mudar o instrumento. Anteriormente, foi feito projeto de resolução. Inclusive, há questionamento com relação a alguns servidores da casa. Precisamos votar o PAI, tanto para resolver o problema do passado quanto para solidificar o presente.

Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de propor que aproveitemos a presença dos 15 deputados aqui para votarmos o que precisa ser votado.

O deputado Martins Machado fez ponderações sobre o projeto referente ao Regimento Interno. Eu não entendi bem se a solicitação de sua excelência era para votarmos ou não a matéria.

Com a chegada do deputado Iolando, somos 16 parlamentares. Acho que devemos votar não só o projeto do Regimento Interno, mas também as outras proposições.

Não entendi bem se foi essa a solicitação do deputado Martins Machado.

Agora, se quiser deixar para a semana que vem, tudo bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A posição do deputado Martins Machado é a mesma que eu defendo: não devemos votar um projeto tão importante no limite. O deputado Martins Machado sugeriu que tivéssemos de 16 a 18 deputados para conseguirmos votar.

Portanto, peço aos demais deputados que estão na casa que venham votar, até para dar robustez a essa votação.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Presidente, eu só não havia entendido a manifestação do deputado Martins Machado.

Se é isso, muito bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É nesse sentido, deputado.

Deixem-me tirar uma dúvida com o Maurício ou com o Hugo sobre o questionamento feito pelo deputado Fábio Félix com relação aos Avas e ACS.

O governador pediu que agilizássemos, por se tratar de uma demanda importante.

Maurício, há uma dúvida aqui: a matéria está no mesmo projeto da LDO?

São projetos diferentes – não é, Manoel?

Se são diferentes, não há problema em votarmos separadamente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, era apenas para sanar essa dúvida, porque o deputado Eduardo Pedrosa marcou uma reunião para quinta-feira, se não me engano. Se são diferentes, tudo bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – São situações distintas.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu gostaria de propor que priorizemos a votação dos projetos dos deputados hoje.

Estou preocupada, pois estamos chegando ao final do ano e temos muitos projetos de autoria de deputados que precisam ser votados. Eu gostaria que os projetos aprovados em primeiro turno na

última sessão fossem votados em segundo turno. Assim, limparíamos a pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu gostaria de começar por eles, deputada.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Excelente, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Procederemos à votação e limparemos a pauta.

Incluirei o projeto de autoria da deputada Doutora Jane. Nós o votaremos em primeiro e em segundo turno.

O deputado Fábio Félix ponderou a respeito do projeto que trata do PAI. Nós o deixaremos para a semana que vem. Votaremos apenas o do Avas. A questão do crédito também fica para a semana que vem.

Deputado Max Maciel, já há acordo para votarmos o Projeto de Lei nº 1.267/2024, referente ao concurso?

DEPUTADO MAX MACIEL – Presidente, o governo fez uma inovação ao desapensar projeto de autoria de deputado. O projeto está na pauta. Faremos o debate em plenário tão logo ele seja lido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, vamos prosseguir. Temos de votá-lo.

Publicamente, deputado Max Maciel, eu gostaria que isso não tivesse acontecido. O apensamento poderia ter sido mantido.

DEPUTADO MAX MACIEL – Presidente, pelo Regimento Interno, houve um estudo que sugeriu o apensamento. Então, que se apresente um substitutivo e derrote o apensamento.

Desapensar projeto de autoria de deputado abre um precedente perigoso nesta casa. Daqui a pouco, o governo passará a desapensar projetos de todos os deputados.

Se o governo não concorda, há um regramento para isso. Apresente um substitutivo, para que seja debatido em plenário. Agora, desapensar projeto de autoria de um parlamentar com estudo feito por esta casa dizendo que é passível de apensamento é muito ruim.

Esse é o nosso entendimento, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu não tenho dificuldade em falar o que penso. Acho que é um equívoco, sim, desapensar o projeto do deputado, independentemente de questões ideológicas. O deputado apresentou uma proposta tão importante que o governo também apresentou algo semelhante e daria para eles caminharem juntos.

Obviamente respeitamos a posição do governo, mas entendo que não haveria problema algum. O projeto já foi desapensado. O deputado Max Maciel, de forma muito madura, solicita a discussão do referido projeto em plenário. Vamos votá-lo hoje.

Antes, atendendo ao pleito da deputada Jaqueline Silva, votaremos, em primeiro lugar, os projetos dos deputados em segundo turno, o projeto da deputada Doutora Jane e, na sequência, o Projeto de Lei nº 1.267/2024.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, já que vamos votar o projeto dos concursos, solicito a vossa excelência a inclusão também do projeto de minha autoria na votação de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu não tenho dificuldade em votá-lo, se houver acordo. Eu gostaria de ouvir a liderança do governo.

Deputado Iolando, o deputado Max Maciel está apresentando a proposta de votarmos também o projeto de autoria dele.

Maurício, com relação ao Projeto de Lei nº 1.267/2024, o deputado Max Maciel solicita que o projeto de autoria dele também seja votado – esse é um direito do deputado. Vamos votá-lo separadamente.

Deputado Max Maciel, acato a solicitação de vossa excelência visto que há concordância dos deputados e do líder do governo.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos votar primeiro os projetos dos deputados.

Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento decorrente dos 126 vetos da Ordem do Dia e apreciar as demais proposições das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

Como não há manifestação em contrário, procederemos à apreciação dos itens.

Antes, quero registrar a presença do Sinpol e do Sindepo, que estão acompanhando a votação do projeto dos concursos, já que há matéria de interesse dos policiais civis. Agradeço ao Enoque e à Cláudia, os diretores das 2 entidades, a presença.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, agradeço a gentileza de vossa excelência.

Solicito a inclusão do Projeto de Lei nº 916/2024 na pauta de hoje, para que ele faça parte da votação em segundo turno com os demais projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação da deputada Doutora Jane. Logo após a votação em segundo turno dos projetos, apreciaremos o projeto solicitado por vossa excelência e, em seguida, o projeto dos concursos.

Item nº 140:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 340/2023, de autoria do deputado João Cardoso, que "Altera o Capítulo IV da Lei nº 5.106, de 3 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a carreira Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências", para incluir o artigo 7º-B, que trata da lotação, exercício e remanejamento dos servidores da Carreira".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 141:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 181/2023, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "institui o "AGOSTO AZUL E VERMELHO"- mês de conscientização sobre a saúde vascular, no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 142:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 130/2023, de autoria do deputado Roosevelt, que "disciplina a atualização de termos como "cartório", "cartório extrajudicial", "tabelionato", "serventia", "serventia extrajudicial", no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 143:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 354/2023, de autoria do deputado Joaquim Roriz Neto, que "Dispõe sobre a oferta de capacitação e treinamento aos profissionais de educação do Distrito Federal para identificação de sinais de abuso contra crianças e adolescentes".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 144:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 42/2023, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que "estabelece diretrizes para a instituição do programa Cartão-Reforma no Distrito Federal, altera a Lei nº 3.877/2016, que 'dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal' e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 145:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.782/2022, de autoria do deputado Iolando, que "dispõe sobre a denominação da Escola Classe Polo Agrícola da Torre".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 146:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 625/2023, de autoria do deputado Martins Machado, que "dispõe sobre a disponibilização, por locadoras de veículos, de cadeirinha auxiliar e assento elevado para crianças, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 147:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.027/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "institui diretrizes para a Política de Atenção à Saúde Mental Materna no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 148:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.056/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que "dispõe sobre o Programa de Saúde Reprodutiva da Mulher, Prevenção e Diagnóstico Precoce de Doenças Ginecológicas, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 149:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 874/2024, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que "Fica assegurada a inclusão da cartilha "Eu Me Protejo Porque o Corpo

é Só Meu”, no âmbito da Política Intersectorial de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 150:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.105/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “institui a Política Distrital de apoio e estímulo ao Empreendedorismo Feminino”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 151:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.077/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que “institui, no âmbito do Distrito Federal, a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços e concessionárias de água, luz, telefone e internet, inserirem, nas faturas de consumo, dos órgãos do Poder Executivo, no âmbito de sua publicidade institucional, as fotos de foragidos da Justiça, condenados definitivamente, por crimes de violência contra a mulher”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 152:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 987/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que “institui a semana de conscientização da Lei Maria da Penha e de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 153:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 45/2023, de autoria do deputado Pepa, que "Altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que "dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo" e dá outras providências".

Aprovado em primeiro turno. Retorno o projeto à discussão, para as comissões se manifestarem sobre a Subemenda nº 2 ao substitutivo.

Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que emita parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana sobre a matéria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana ao Projeto de Lei nº 45/2023, de autoria do deputado Pepa, que "Altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que "dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo" e dá outras providências".

No âmbito desta comissão, no mérito somos favoráveis, com o acatamento da Subemenda nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, explico às demais comissões que a Subemenda nº 2 trata da retirada do transporte interestadual, uma vez que não é competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 45/2023, de autoria do deputado Pepa, que "Altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que "dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo" e dá outras providências".

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 45/2023, com o acatamento da subemenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Solicito ao relator, deputado Joaquim Roriz Neto, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 45/2023, em segundo turno, de autoria do Deputado Pepa, que “Altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que “dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo” e dá outras providências”.

No âmbito da CEOF, somos pela admissibilidade da subemenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Solicito ao relator, deputado Iolando, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 45/2023, em segundo turno, de autoria do Deputado Pepa, que “Altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que “dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo” e dá outras providências”.

Somos pela admissibilidade da subemenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Ratifico a votação em primeiro turno com 13 votos favoráveis.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 154:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.256/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2020, para assegurar aos matriculados na educação infantil e a um de seus acompanhantes o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 deputados.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 916/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que "institui o Dia de Combate as Violações das Prerrogativas da Advocacia no âmbito do Distrito Federal, o qual passa a integrar o calendário oficial de eventos do Distrito Federal".

Aprovado o parecer da CESC.

Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 916/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que "institui o Dia de Combate as Violações das Prerrogativas da Advocacia no âmbito do Distrito Federal, o qual passa a integrar o calendário oficial de eventos do Distrito Federal".

A proposição tem amparo nas regras de distribuição de competências previstas na Constituição da República, pois a criação de eventos oficiais e campanhas a elas associadas representa assunto de interesse local.

Diante do exposto, manifestamo-nos o voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 916/2024 no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 916/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 133:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.267/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

O deputado Fábio Félix me pediu que, inclusive em respeito ao pedido dos intérpretes de Libras, eu falasse um pouco mais devagar. Se fosse aquele senador, eu ia acelerar mais, para ele deixar de... É porque o raciocínio dele é lento. Mas, atendendo ao pedido dos intérpretes de Libras e ao pedido do deputado, farei isso com o maior prazer, eu vou ler um pouco mais devagar.

Aprovado o destaque dos arts. 12 e 13 para o projeto em separado. Conforme Portaria nº 489/2024, publicada no DCL de 14 de dezembro de 2024, fica desapensado o Projeto de Lei nº 1.221/2024.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. Foram apresentadas 23 emendas da

comissão. A CESC, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre os projetos e as emendas.

Solicito ao presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputado Gabriel Magno, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Presidente, peço alguns minutos para sistematizar o conjunto das emendas e fazer o parecer.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Thiago Manzoni, o deputado Fábio Félix tem uma ponderação com relação ao Regimento Interno. Vossa excelência poderia verificar a possibilidade do encaminhamento dele, que, de certa forma, entendo que tenha pertinência. Eu queria que vossa excelência conversasse com ele para tratar de um caso específico.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, primeiramente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Gabriel Magno, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.267/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Quero, bem brevemente, neste parecer, primeiro destacar a importância de atualizarmos a legislação. A proposição trata de concursos e também de cotas. A questão das cotas é uma política afirmativa muito importante, adotada no Brasil inteiro ainda no governo do presidente Lula, em seu primeiro mandato, que corrige e ataca uma grande distorção, uma injustiça da sociedade brasileira que excluía alguns setores da sociedade desses espaços, de entrar nas universidades, o que depois foi ampliado para as universidades federais e estaduais. Nesse caso, foi expandido o conceito de cotas para ingresso de servidores, via concurso público, na administração direta, autárquica e fundacional. Esse é um importante avanço.

Segundo, porque o Governo do Distrito Federal tem colocado para várias categorias, em várias negociações, que, hoje, a dificuldade para a realização de novos concursos públicos se deve à não aprovação ou ao não avanço do referido projeto de lei nesta casa. Na nossa opinião, os concursos poderiam continuar avançando. Poderiam abrir os editais, mas dar segurança jurídica, sem dúvida nenhuma, é fundamental.

Por isso, senhor presidente, o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura é pela aprovação, no mérito, do referido projeto de lei, acatando as Emendas nºs 2 a 22 – a Emenda nº 21 é emenda de relator, que apresento ao projeto de lei – e rejeitando a Emenda nº 23. A Emenda nº 1 foi cancelada.

Esse é o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, designo o deputado Max Maciel.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor

presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei nº 1.267/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, no que diz respeito ao mérito, somos pela aprovação, com o acatamento das Emendas nºs 2 a 22, pedindo para destacar a Emenda nº 23. Lembro que a Emenda nº 1 foi cancelada.

Esse é o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, lembro que nós pedimos destaque à Emenda nº 23.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Lembro o pedido de destaque do deputado Max Maciel à Emenda nº 23.

A presidência designa o deputado Joaquim Roriz Neto para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Joaquim Roriz Neto, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.267/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

O parecer é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.267/2024, com acatamento das Emendas nºs 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20 e 22, e a inadmissibilidade das Emendas nºs 2, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18 e 21.

É o parecer, presidente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero destacar a Emenda nº 21, que está sendo rejeitada pelo relator. Então, eu peço para destacá-la para que seja discutida no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Destacada a Emenda nº 21 a pedido do deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO ROOSEVELT – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a Emenda nº 23 já está destacada, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está destacada. O deputado Max Maciel pediu para destacar a Emenda nº 23.

Diante da manifestação da CEOF, informo que estão destacadas as Emendas nºs 2, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18 e 21. E a Emenda nº 23 também.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, designo o deputado Martins Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.267/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Presidente, o parecer é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.267/2024 com o acatamento das Emendas nºs 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20 e 22 e a inadmissibilidade das Emendas nºs 2, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18 e 21.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – E a Emenda nº 23?

DEPUTADO MARTINS MACHADO – A Emenda nº 23 foi admitida, e foi destacada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito. Obrigado, deputado Martins Machado.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.267/2024, em primeiro turno, ressalvados os destaques. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados. Houve 2 votos contrários, do deputado Thiago Manzoni e do deputado Pastor Daniel de Castro.

Aprovado em primeiro turno. Destacadas as Emendas nºs 2, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18, 21 e 23.

Consulto os líderes se há acordo para votar os destaques em bloco.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é só para reforçar a questão da votação em bloco das Emendas nºs 2, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18 e 21.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito. Acolho o seu pedido. Estou consultando os líderes sobre isso.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora) – Presidente, como houve um acordo para colocarmos o projeto em Plenário, e é um projeto muito importante, uma pauta pela qual eu prezo muito, sobre concurso público, eu queria defender algumas emendas, pois ontem não houve reunião do Colégio de Líderes – foi feriado –, e houve algumas emendas nossas rejeitadas e algumas que vão ser destacadas. Eu preciso fazer esse registro porque eu acho que é um tema muito importante e muito relevante.

Como já votamos em primeiro turno, eu queria só destacar, por exemplo, a Emenda nº 3. Ela não tem impacto nenhum para o Governo do Distrito Federal – eu sou professora de concurso desde 2004 –; pedimos só para que se acrescentasse a folha de respostas para o caso dos deficientes visuais – porque há a folha impressa para a leitura, mas não há o cartão de respostas. Há algumas pessoas com deficiência visual, com essa limitação. Então, é só isso, colocar a folha resposta. Na verdade, é uma emenda modificativa. Não sei o porquê de ter sido rejeitada ou destacada.

A emenda nº 4 fala sobre a questão do cadastro reserva. Na verdade, ela modifica o art. 10 para que o número de vagas em cadastro reserva seja razoável. Isso permite ao poder público certa economicidade, porque, se o edital se limitar ao número de vagas, a administração pública não tem essa facilidade de convocar, por exemplo, uma pessoa que passou, mas não dentro do número vagas. Isso é razoável, e acho que a previsão de 3 vezes o número de vagas seria importante para o próprio Governo do Distrito Federal.

A emenda nº 5 trata da questão da heteroidentificação, que hoje é feita depois do resultado da prova objetiva. Mas, em algumas provas, além da objetiva, há também a prova discursiva. Muitas vezes o candidato faz a prova objetiva, é chamado para fazer a heteroidentificação, e não passa na prova discursiva. Então, muitas vezes, existe um gasto do governo e da banca para fazer a heteroidentificação sem que o candidato tenha passado para a segunda fase. Essa emenda só vem colocar uma ordem, para que a heteroidentificação seja feita após todas as fases do concurso.

Outra emenda nossa, presidente, é a Emenda nº 6, supressiva, que fala sobre a questão, novamente, do cadastro reserva. Eu quero chamar a atenção nesta casa para o fato de que nós estamos mudando, por meio de uma lei ordinária, uma lei complementar. Nós estamos alterando essa questão do cadastro reserva, e já há uma ADI tramitando em relação a isso. Faço esse adendo novamente. Também não acredito que o cadastro reserva deva ser aberto para todo mundo que passar, mas acho razoável a existência de um número mínimo para que haja essa facilidade de nomeação pelo poder público.

Por último, presidente – quem está nos acompanhando e faz concurso sabe disso –, muitas vezes, quanto à heteroidentificação, o candidato que se diz pardo ou negro é considerado pardo ou negro por uma banca, mas não por outra – a mesma pessoa. A nossa proposta é que tivéssemos dentro do próprio governo uma comissão que verificasse essa heteroidentificação. Por mais que exista o questionamento de quem faria isso, essa medida seria importante para evitar, à frente, ações judiciais e encargos jurídicos ao próprio GDF, pois há candidatos que, em uma banca do próprio poder público, se identificam assim e têm aceita essa heteroidentificação, mas em outra, não.

Acho que são emendas razoáveis e sinto muito que a maioria delas não tenham sido acatadas. São emendas pertinentes – digo isso porque lido há mais de 20 anos com concurso público –, que trariam até mesmo maior facilidade ao poder público.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, são 2 assuntos, bem rapidamente. Primeiro, a declaração de voto. Em que pese eu entender que esse projeto distrital apenas unifique legislações existentes em âmbito federal, no mérito essa pauta é muito cara para mim. Eu peço escusas ao governo e ao líder de governo, o deputado Iolando, para votar contrariamente. Eu votei contra o projeto e votarei também contra as emendas.

No que diz respeito ao Regimento Interno, presidente, discutimos com as equipes de assessoria a questão que o deputado Fábio Félix suscitou. Está tudo certo já. Nós vamos subir uma subemenda para alterar o texto, como foi solicitado, e, uma vez apresentada a emenda para acolher o pedido do deputado Fábio Félix, se houver quórum, podemos prosseguir para a votação.

Repetindo, presidente, o deputado Fábio Félix nos trouxe a demanda. Conversamos com as equipes. A demanda em relação ao Regimento Interno foi acolhida. Nós vamos subir uma subemenda agora. Essa foi a última demanda. Sobre as outras, já tínhamos conversado. Se houver quórum, podemos prosseguir para a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Faremos assim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para eu entender, estamos discutindo as emendas destacadas? É que eu quero discutir uma das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estamos discutindo as emendas destacadas. Primeiro, a deputada Dayse Amarilio pediu para discuti-las, o deputado Thiago Manzoni pediu a palavra e agora eu concedo também a vossa excelência a palavra para discutir.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, concordo inteiramente com os argumentos da deputada Dayse Amarilio quanto ao conjunto das emendas que ela citou.

Eu quero fazer também o debate sobre a Emenda nº 21. Essa emenda, presidente e colegas, simplesmente aplica as normas da reserva de vagas para negros e negras, hipossuficientes e pessoas com deficiências também para os processos seletivos de contratação temporária do GDF, amplia o entendimento já aplicado aos concursos públicos. Por que entendemos que isso também é importante? Porque hoje, infelizmente, é uma realidade de várias secretarias de Estado ter temporários que assumam o trabalho.

Existe até um questionamento formal para que esses processos seletivos possam seguir a mesma regra dos concursos públicos. No caso da Secretaria de Educação, por exemplo, hoje temos 60% dos professores e professoras em sala de aula, em regência, sob a contratação de regime temporário. Não são servidores efetivos.

Então, peço que esses processos seletivos sigam a mesma regra dos concursos públicos, por uma questão de isonomia, de garantia do direito e do que é importante, conforme debate de mérito que fizemos aqui para alterar a legislação de concurso público do Distrito Federal, para estabelecer as cotas para essas populações.

Então, a Emenda nº 21 trata disso. O que vale para o concurso público, para servidores, tem que valer também para os processos seletivos de contratação temporária. Isso vai ao encontro do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre essa regra. Vamos expandir o entendimento também para os processos seletivos de contratação temporária.

Por isso, peço ao governo, peço a esta casa, que aprovemos a Emenda nº 21 e façamos justiça a esses trabalhadores, servidores públicos que estão na ponta executando o mesmo trabalho, o mesmo serviço, com condições piores que as dos servidores – por isso, é importante haver concurso –, e dão o seu melhor para atender a população do Distrito Federal.

É isso, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Gostaria de pedir a compreensão dos colegas no que diz respeito à Emenda nº 23 – ela foi rejeitada em uma das comissões – e fazer uma explicação sobre essa emenda.

Presidente, se vossa excelência me permite, gostaria de fazer a leitura da emenda: “Quando não houver compatibilidade entre a deficiência do candidato e a natureza das atividades exigidas pelos cargos, nas funções específicas do órgão, a incompatibilidade deverá ser especificada em cláusula do edital do certame”.

Estamos falando aqui, especificamente, das instituições da área de segurança pública. É até complicado fazermos uma defesa nesse sentido e acharmos que não temos sensibilidade, que o nosso mandato não tem sensibilidade com relação à pessoa com deficiência, deputado Iolando. Vejo que o mandato de vossa excelência é muito focado nessa pauta, e não é diferente no conjunto dos parlamentares. Todos nós nos preocupamos com ela. Mas temos que analisar algumas implicações.

Nas carreiras do Corpo de Bombeiros Militar – e isso ocorre também na Polícia Civil e na Polícia Militar –, não temos um quadro de servidores civis. Todos os bombeiros, mesmo nos quadros específicos, são, na sua natureza, combatentes.

Para vocês terem uma ideia, nesses incêndios florestais que aconteceram na seca passada, todos os bombeiros foram convocados – banda de música, médicos, dentistas –, todos foram para o *front* – até o nosso capelão evangélico. Isso virou até piada lá no Corpo de Bombeiros, porque as férias de todo mundo foram canceladas. Quando o colega chegou para combater o incêndio e viu o capelão evangélico, falou: “Acabou. Todo mundo foi convocado. Se o capelão evangélico está aqui, não está faltando ninguém.” Então, todos nós bombeiros somos combatentes por natureza.

Se abrimos esse precedente – de forma alguma quero desrespeitar a pessoa com deficiência –, uma pessoa com algumas deficiências pode comprometer não só a sua integridade física no desempenho da atividade de bombeiro militar, mas também a do colega bombeiro militar. Nós bombeiros trabalhamos em guarnições, principalmente no atendimento à comunidade. É uma atividade de alto risco que necessita da plenitude da capacidade do militar.

Quero pedir que os colegas levem em consideração a seguinte questão: a nossa legislação é totalmente federal, e um projeto dessa natureza sem essa emenda vai comprometer toda a lei, porque ela vai ficar inconstitucional no que diz respeito à sua aplicação às forças de segurança.

Caso um bombeiro militar, no exercício da sua atividade, sofra um acidente e se torne, por exemplo, cadeirante, a nossa legislação é clara: ele tem que passar para a reserva por cotas. Como é possível que um bombeiro em plena atividade, ao sofrer um acidente que comprometa o uso de um braço, um pé, a visão, a audição ou qualquer outro sentido, seja imediatamente transferido para a reserva e eu abra um concurso para o ingresso de um bombeiro militar com qualquer um desses tipos de deficiência? Fica totalmente incoerente.

Então, pedimos a sensibilidade dos colegas para acatarmos a Emenda nº 23, que diz apenas que naqueles órgãos específicos o edital estabelecerá alguns tipos de deficiências que são totalmente incompatíveis com o exercício daquela atividade.

Já para adiantar, informo que o Corpo de Bombeiros tem feito alguns estudos no sentido de contratar servidores civis no futuro próximo. Aí, sim, a lei vai abarcar as pessoas com deficiência, vai atendê-las, porque essas deficiências não vão ser incompatíveis com as atividades que o servidor civil vai desempenhar no Corpo de Bombeiros, e assim conseguiremos atender ao espírito da lei.

Peço a compreensão dos colegas para que acatem da emenda.

Presidente, a oposição solicitou que as emendas que eles rejeitaram fossem votadas em bloco. Peço que a Emenda nº 23 seja destacada dessa votação em bloco.

Agradeço ao governo, que comunicou que a base do governo está livre para votar todas as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É extremamente justificável o pedido do deputado Roosevelt. Então, solicito que a Emenda nº 23 seja apartada do bloco.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, não dá para votar em bloco as demais emendas, vamos ter votar todas em separado. Há um conjunto de emendas da deputada Dayse Amarílio na prejudicialidade, há 2 minhas e ainda há a do deputado Roosevelt. Não dá para votarmos uma individualmente e as outras em bloco. Nossa Emenda nº 17 atualiza o que é pessoa com deficiência e reserva a essas pessoas 20% das vagas. A Emenda nº 18 estabelece uma etapa importante, que é a heteroidentificação. Há problemas relacionados a isso em concursos públicos. Inclusive, recentemente, houve um caso no Distrito Federal de uma pessoa que...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O senhor tem razão, deputado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Então, eu acho que deveríamos votar todas as emendas em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Os argumentos do deputado Max Maciel são extremamente justos. Também entendo que, caso se aparte uma, devem ser apartadas todas.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, está bem discutido esse assunto. Eu até pedi a vossa excelência que o tirasse de pauta na semana retrasada, e nós conseguimos votar.

O deputado Roosevelt é um deputado da minha estima e consideração, por quem tenho um carinho especial – somos amigos nesta casa. Ele tem projetos excepcionais e faz uma defesa muito importante, que admiro, da bandeira do militarismo, em especial a do Corpo de Bombeiros Militar.

Sou oriundo da Força Aérea Brasileira e tenho uma coisa aberta ainda no meu coração. Aos 19 anos, presidente, fui vítima de um acidente de moto em que fiquei com uma deficiência. Fiquei internado por 6 meses, e uma junta médica militar – o deputado Roosevelt sabe o que é isso – resolveu não me ter mais na Força Aérea Brasileira. Eles me colocaram em disponibilidade a bem do serviço público, e eu tive que sair. Fizeram um relatório que dizia que eu era incapaz definitivamente de prover qualquer tipo de serviço militar e civil. Até hoje eu tenho essa deficiência física, e isso, de fato, frustrou-me. Eles me aposentaram na Força Aérea com 2 promoções a mais, mas, mesmo assim, ficou aquilo aberto no meu coração. E é uma frustração muito grande para qualquer pessoa que está lá.

Estive, em 2022, com o brigadeiro Bermudez, que era o comandante-geral da Força Aérea Brasileira, um cara excepcional. O ex-deputado distrital Rôney Nemer, muito amigo dele, levou-me ao Ministério da Aeronáutica, e lá entreguei ao brigadeiro Bermudez a medalha do mérito legislativo que criamos nesta casa, pelos relevantes serviços prestados ao país, em especial à Força Aérea, da qual sou oriundo.

Enquanto conversava com o brigadeiro, falei: “Brigadeiro, fui afastado da Força Aérea com 23 anos de idade, e eu não estava preparado para sair. Poderiam ter me readaptado dentro das corporações, para que eu pudesse dar continuidade à minha carreira militar, mesmo que fosse na parte administrativa.” E ele falou: “Deputado, se eu tiver condição, agora, vou reunir toda a cúpula da Força Aérea para revertermos esse quadro, para que os militares da ativa, no pleno exercício do trabalho, que sofrerem algum tipo de acidente e ficarem impossibilitados de servir à Força Aérea, mas tiverem condições mentais e físicas, possam ser readaptados dentro da Força Aérea Brasileira. Estou lhe dando a minha palavra de que vou readaptar esses militares que sofreram qualquer tipo de acidente no ato do exercício.”

Ele ia fazer isso, de fato. Acredito que não houve tempo hábil para tanto, pois não houve a recondução do presidente Bolsonaro à presidência da República e o brigadeiro também não continuou como comandante-geral da Força Aérea. Isso nos frustrou bastante. Teria que haver uma nova tratativa, deputado Roosevelt, para que esses comandantes atuassem de forma a adequar as pessoas com deficiência, seja temporária, seja permanente, como a minha.

Tenho muita dificuldade – confesso a vossa excelência – de votar esse projeto. Na entrada inicial do concurso público, sabemos que as forças de segurança pública exigem, diretamente, algumas prerrogativas, como boa dicção, boa visão, mobilidade, intelectualidade. Mas, dentro da corporação, temos outras funções, administrativas, atribuídas, às vezes, até ao próprio militar capacitado, com condição de ir à rua, de combater o crime, e jogam-no no administrativo, na mecânica. Sabe-se disso. Há diversas funções dentro da corporação.

Eu acredito que esse projeto de vossa excelência seja bom, mas fere o princípio da defesa do direito da pessoa com deficiência. Por exemplo, há jurisprudência que diz que o militar, se não tiver condição mental ou física, se não passar pelas questões exigidas, como o TAF, o Teste de Aptidão Física, não pode ingressar nas corporações militares das forças auxiliares do país.

Deputado Roosevelt, não é orientação para bancada da base do governo votar, mas eu terei dificuldade em votar esse seu projeto, uma vez que ele fere os meus princípios como deficiente, como defensor da pessoa com deficiência e como militar que poderia ter sido readaptado na Força Aérea Brasileira.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu peço a vossa

excelência a recomposição de quórum e oriento a bancada do Partido dos Trabalhadores a entrar em obstrução.

Nós estamos garantindo o quórum, e o governo rejeitou todas as nossas emendas. Portanto, não quer diálogo, e nós não vamos garantir um quórum para que as nossas emendas sejam rejeitadas.

Peço verificação e oriento a bancada do PT a entrar em obstrução, a não marcar presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação do deputado Chico Vigilante e solicito a recomposição do quórum.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, a orientação ao bloco PSOL-PSB é a obstrução.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok, deputado. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É preciso lembrar que vossa excelência está ausente, deputado Gabriel Magno. (Risos.)

Não há quórum para deliberar.

Estou sendo informado pela assessoria que o deputado, em plenário, precisa registrar sua presença ou obstrução.

Se houver como registrar ausência... (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, assim, o painel vai registrar “obstrução”.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Presidente, peço, então, que se registre, no painel, “obstrução”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito que seja registrada a obstrução do deputado Fábio Félix, dos deputados do bloco PSOL-PSB e do bloco do PT.

A deputada Dayse Amarilio está ausente. Com sua excelência ausente ou em obstrução, são 6 deputados.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, se não for prosseguir a sessão, por favor, coloque em votação, agora, os projetos em segundo turno. Preciso demais da votação de um deles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos fazer isso, então. Acho que é uma gentileza com a deputada Doutora Jane.

Acato a solicitação da deputada Doutora Jane. Vamos votar em segundo turno o projeto de sua excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na semana passada, eu estava ausente por questão de saúde e não tive um projeto de minha autoria analisado no plenário. Eu gostaria que ele fosse apreciado hoje. É o item nº 183, em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – De minha parte, não há problema. Se os deputados concordarem, iremos apreciar o item nº 183.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, nós poderemos segurar o quórum desde que o projeto dos concursos seja retirado de pauta imediatamente e não volte hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Podemos retirá-lo de pauta e discuti-lo na segunda-feira. Solicito que ele seja incluído na reunião de segunda-feira, dia 4. Como é a primeira reunião do mês de novembro e praticamente a penúltima com todos os deputados antes do recesso, solicito que ela aconteça com a presença de todos os deputados. Lá poderemos discutir essa matéria.

O deputado Chico Vigilante tem razão. Como não há acordo para votar, é melhor retirar o projeto de pauta. Retirá-lo de pauta é melhor que ficarmos patinando e perdendo tempo.

Então, determino que o projeto seja retirado de pauta e discutido na reunião com os deputados – não com os líderes –, no dia 4 de novembro, às 15 horas. A reunião acontecerá com todos os deputados. Vai ser divulgada a circular, mas já estão convocados todos os deputados para o dia 4 de novembro, às 15 horas.

O projeto ora em votação está retirado de pauta e incluído na discussão do dia 4 de novembro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Vossa excelência vai incluir nessa reunião os projetos de decreto legislativo polêmicos?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou. No dia 4, nós vamos decidir o que fazer.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – No dia 4, é fundamental que definamos o que vai ser feito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, geralmente, o interlocutor nessas negociações é o líder do governo. O líder do governo não está aqui para fazer a negociação.

Então, eu acho muito razoável o encaminhamento do deputado Chico Vigilante para não votarmos um projeto de lei em que todas as nossas emendas são rejeitadas. A liderança não estabeleceu diálogo minimamente operacional com a oposição para se explicarem os temas. Acho que foi uma decisão acertada não votarmos esse projeto hoje e deliberarmos sobre ele em outro momento.

Eu só queria fazer um registro. Esse projeto tem importância muito grande para toda casa. Nós, defensores do serviço público, defendemos sua aprovação o quanto antes. Porém, é preciso que o governo se esforce no diálogo, para que o projeto seja aprovado para que haja a abertura de concursos públicos na cidade.

Esse diálogo deve acontecer. Não é aceitável rejeitar todas as emendas da oposição sem abrir, minimamente, o diálogo, especialmente considerando-se que hoje estamos garantindo o quórum desta sessão.

Eu também gostaria de dizer para a deputada Doutora Jane que temos disponibilidade de votar, em segundo turno, o projeto por ela apresentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, insisto na busca de um acordo. Acredito que podemos alcançá-lo, respeitando as emendas dos deputados da oposição.

Por isso, o ideal é retirar o projeto da pauta de votação e colocá-lo em discussão na segunda-feira para tentar chegar a um acordo que inclua as emendas dos deputados de oposição.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, quero registrar que a rejeição de algumas emendas me surpreendeu.

Sempre prezei pelo diálogo. Essa é uma característica minha. Nós não temos o costume de obstruir a votação, pois acredito que o Plenário é soberano e com ele é que fazemos as grandes

discussões.

Conversei com alguns deputados para explicar que algumas emendas foram pensadas, inclusive, para que fosse diminuída a chance de judicializações futuras.

O deputado Thiago Manzoni e o deputado Pastor Daniel de Castro, por exemplo, são advogados.

Com relação à declaração falsa, pedimos que seja esclarecido o que é uma declaração falsa. Se, na heteroidentificação, eu me identifico como parda, mas você me vê, por exemplo, como branca, isso é algo subjetivo. Contudo, é falso dizer que possuo nível superior sem que eu o tenha. Isso gera muitos problemas futuros.

Uma emenda simples que apresentei trata da realização da heteroidentificação após a aprovação em todas as provas, tanto as objetivas como as subjetivas. O candidato, às vezes, passa em uma prova, mas não em outra, e a heteroidentificação já foi feita.

Nesta tarde, presidente, peço que, antes de vetar nossas emendas, o governo converse conosco, pois estamos aqui para construir a melhoria dos projetos.

Pareceu-me – quero crer que não seja isso, deputado Chico Vigilante – que tudo o que fosse da oposição deveria ser vetado, inclusive questões que não geram impacto ou prejuízo para a administração pública.

Estou trazendo minha experiência como professora de cursinho que convive diariamente com judicializações feitas por alunos.

A sensação que tive hoje é que houve orientação para vetar tudo o que fosse da oposição. Acredito que não seja isso, mas é importante conversarmos sobre as emendas que serão vetadas, assim como o secretário Maurício sempre tem feito. Ele geralmente discute conosco no Colégio de Líderes, mas, desta vez, não houve essa conversa e não entendemos por que as emendas estão sendo vetadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, mais uma vez, insisto em discutirmos isso na segunda-feira, até para que sejam esclarecidos questionamentos como os de vossa excelência. Precisamos entender os fundamentos pelos quais as emendas estão sendo vetadas. Independentemente de sermos base ou oposição, somos todos deputados e o respeito com relação aos nossos encaminhamentos precisa prevalecer. Comprometo-me com vossa excelência a retirar esse projeto de pauta para que o discutamos na segunda-feira em reunião com todos os 24 deputados.

Aliás, estou conversando com o presidente do Sindicato dos Policiais Civis, que tem interesse no projeto. Vejo ali a delegada Cláudia Alcântara, presidente do Sindicato dos Delegados. Lamentavelmente, Cláudia, Enoque e Anselmo, não poderemos votar o projeto hoje porque há um desentendimento que não diz respeito à Polícia Civil, mas a outros temas que precisam ser mais bem discutidos. Segunda-feira, se Deus quiser, resolveremos isso e terça-feira votaremos este projeto importante para todos nós servidores públicos.

No caso da Polícia Civil, esta matéria é extremamente importante e precisamos dar celeridade a ela. Cláudia e Enoque, deixo meu compromisso de discutir a matéria segunda-feira e votá-la, com certeza, terça-feira. Vou sugerir até mesmo que este seja o primeiro item da pauta.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero pontuar algumas questões levantadas pelo deputado.

Já estamos há bastante tempo discutindo o projeto de lei que favorecerá a abertura de vários concursos que estão aguardando demandas. Estou como vice-líder do governo e, neste momento, assumo a condição de líder. A vice-liderança serve exatamente para isso, da mesma forma que, se vossa excelência se ausentar, o vice-presidente da Câmara Legislativa assumirá a presidência e tem total legitimidade para responder pela pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – E vossa excelência faz isso muito bem.

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado.

Portanto, estou na condição de líder do governo neste momento e estou a par do projeto; não é de hoje que nós o estamos discutindo.

Outro ponto: várias emendas da oposição foram acatadas; foram rejeitadas somente algumas. Estão sendo acatadas pelo governo 3 emendas da deputada Dayse Amarílio, 9 emendas do deputado Max Maciel e 16 emendas da oposição. Ele rejeitou as demais porque não achou conveniente incluí-las no projeto. Isso não quer dizer que ele não está de acordo com a oposição.

O terceiro ponto é que acho lamentável a oposição obstruir a pauta na votação de um projeto de suma importância, uma vez que há representação de servidores públicos do Distrito Federal. Vemos constantemente a oposição fazer discursos em prol dos servidores públicos para clamar essa defesa à população do Distrito Federal. Isso é lamentável.

Para concluir minha fala, fizemos uma discussão ampla nesta casa sobre o projeto de lei da regularização fundiária. Ele foi bastante trabalhado por todos nós – houve várias palestras e várias orientações. Vimos a obstrução da oposição com relação a este projeto da regularização, projeto da maior magnitude. Em 60 anos o Distrito Federal não aprovava uma lei que favorecia a regularização dos produtores rurais do Distrito Federal. A base do governo aprovou o projeto e garantiu sua sanção. Mais de 5 mil produtores rurais choraram – vossa excelência estava presente na ocasião – ao receber as escrituras e viram como este projeto de lei era importante.

O projeto de lei que diz respeito aos concursos públicos é do mesmo tamanho, da mesma magnitude. É lamentável ver a oposição fazer uma cena como esta: obstruir a pauta e bloquear um projeto de tamanha importância para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Iolando, até pela habilidade política característica de vossa excelência, enquanto votamos o projeto da deputada Doutora Jane, vossa excelência poderia, junto com a oposição, tentar chegar a um acordo.

Vossa excelência tem razão: este é um dos projetos mais importantes da Câmara Legislativa este ano. É natural que haja polêmica, é natural que haja discussão, mas acho que conseguiremos avançar para um acordo, se nos reunirmos com a oposição. A oposição está contribuindo. A base tem as suas justificativas. Mas é fundamental que, se for o caso, enquanto votamos o projeto da deputada Doutora Jane, vossa excelência, junto com os representantes da oposição, possa se reunir com o nosso secretário Maurício – que está presente – e discutir a possibilidade de acatamento de, se não todas, pelo menos parte dessas emendas, porque dessa forma poderíamos votar ainda hoje esse projeto.

Então, eu peço ao secretário Maurício, ao Hugo e a toda a equipe que se reúnam com vossa excelência para que isso possa ser resolvido.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que o deputado Iolando tem que entender uma coisa: a obstrução é uma arma da oposição. Na maioria das vezes, quem garante o quórum somos nós. Hoje, isso está demonstrado. Quantas vezes a maioria dos projetos do governo são votados porque a oposição está aqui? O problema é que não quiseram conversar, não dialogaram. Há emendas que não têm nenhum problema, que não alteram o projeto.

Nós estamos usando a arma democrática da obstrução. É um direito nosso que estamos cumprindo. E, veja o senhor, nem o líder do governo está presente, e vêm dizer que o projeto é interessante, que é importante? Se fosse importante, o líder do governo estaria presente para dialogar conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, a deputada Dayse Amarílio colocou uma situação que eu acho que reflete muito a realidade. Como nós tivemos um feriado na segunda-feira, nós acabamos não discutindo o projeto no Colégio de Líderes. Eu acho que, se a reunião do Colégio de Líderes tivesse acontecido, talvez o resultado neste momento fosse outro. Mas nada impede que consigamos avançar. Vossa excelência tem razão sobre a obstrução. Eu e vossa excelência já fizemos isso algumas vezes, como oposição que erámos.

Então, não há como questionar um instrumento legítimo como a obstrução, mas há como avançarmos. Volto a dizer, o nosso líder do governo, o deputado Iolando, é uma pessoa habilidosa, tem condições de avançar com a oposição para, dessa forma, conseguirmos votar o projeto.

Eu gostaria muito de votar esse projeto ainda hoje e conto com o apoio de vossa excelência.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é claro, nós estamos em uma casa bem mista, cada um com suas defesas. Este é um projeto de lei que também agrada a oposição. Eu creio que esse é o pensamento de todos. É um projeto que vai beneficiar a população do Distrito Federal. A oposição e a situação geralmente votam favoravelmente à população do Distrito Federal.

Conversei com a equipe da assessoria parlamentar do governo – o Maurício e o Tiago, que representam o governo. Queremos deixar bem claro que as emendas não foram rejeitadas porque foram apresentadas pela oposição. O critério foi estritamente técnico. Foi feita avaliação técnica para não se incorrer em insegurança jurídica. Há emendas, por exemplo, do deputado Gabriel Magno, que dizem respeito a contratos temporários, e não a concurso público. Nós estamos falando de concursos públicos.

Então, essas emendas não foram rejeitadas porque são da oposição; pelo contrário, muitas foram acatadas. Eu citei as emendas apresentadas pela deputada Dayse Amarílio, e há mais 7 emendas apresentadas pelo deputado Max Maciel. Isso não aconteceu porque a oposição apresentou emendas, mas porque a equipe técnica as analisou e entendeu que posteriormente haveria insegurança jurídica. Por exemplo, há a geração de... Não é responsabilidade desta casa, mas isso incorrerá em questões financeiras que impossibilitarão o governo de avançar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, há acordo para avançarmos nos propósitos feitos pela oposição?

DEPUTADO IOLANDO – Há acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vossa excelência acolherá as emendas?

DEPUTADO IOLANDO – Não, presidente. As emendas que foram rejeitadas estão rejeitadas.

Há acordo para essas emendas que eu citei aqui. Para as Emendas nºs 2, 3 e 4, não. Acataremos a Emenda nº 3, da deputada Dayse Amarílio. Também acataremos as Emendas nºs 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, do deputado Max Maciel. Elas são da oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quais emendas não seriam acatadas neste momento? São as mesmas? Não houve avanço?

DEPUTADO IOLANDO – Exatamente: as Emendas nºs 2, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18 e 21 não serão acatadas. Mas as Emendas nºs 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19 e 20 serão acatadas. Informo que 90% delas são da oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Indago aos deputados da oposição que se encontram em obstrução se há acordo para avançarmos no que está sendo proposto, ou se mantenho o meu encaminhamento de suspensão do processo de votação com as emendas já destacadas, para que discutamos na segunda-feira.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu não costumo entrar em polêmica aqui, mas eu não aceito que falem que estamos obstruindo a votação porque nós estamos sendo covardes com os servidores. Pelo contrário, nós estamos aqui para trabalhar. Aliás, minha mãe está neste momento em um procedimento cirúrgico, e eu estou aqui para votar esse projeto porque ele é importante para Brasília.

Se a oposição apresenta muitas emendas, é porque nós estudamos os projetos. Muitas vezes os melhoramos. Quando eu venho aqui, eu sei sobre o que eu estou votando. Eu não recebo ordem de que é para votar assim ou assado. Estamos aqui para votar. Temos compromisso com os servidores. Eu não consigo entender o porquê de nós estarmos nessa construção se isso não foi conversado conosco.

São emendas que não têm nenhum impacto. Pelo contrário, eu vejo uma enxurrada de problemas judiciais para o próprio governo, assim como houve vários problemas na Secretaria de Saúde por conta das especialidades, o que trouxe custo para o erário e para o governo.

Eu quero saber que problema há, por exemplo, em estabelecer o que é uma declaração falsa, em fazer a identificação depois de uma prova discursiva. Não falem lá na frente que isso aconteceu por questões técnicas. Parece, sim, que houve uma ordem, porque isso não foi conversado.

É desrespeitoso falar que nós estamos aqui para obstruir a votação. Jamais, independentemente do meu partido, vou brincar com a vida das pessoas. Eu não estou aqui para ficar do lado *a* ou *b*, estou aqui para ficar do lado do povo e para trabalhar. É por isso que nós estudamos o projeto, apresentamos emendas e sabemos o que votamos.

Inclusive, ratifico que minha irmã está neste momento numa cirurgia, Presidente, mas eu estou aqui porque eu sempre estou aqui. Todas as terças, quartas e quintas eu estou aqui. Eu quero deixar claro que nós temos compromisso com o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Independentemente de sermos base ou oposição, eu sou testemunha de que nós deputados temos feito sacrifícios pessoais, às vezes abrindo mão de acompanhar nossos familiares – isso aconteceu com a deputada Paula Belmonte há uns dias, bem como com a deputada Dayse Amarílio –, o que precisa ser levado em conta e respeitado.

Mais uma vez, eu conclamo nosso líder do governo, para tentarmos avançar na discussão. Eu gostaria de pedir isso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só para responder brevemente a sua questão, afirmo que o governo não apresentou uma negociação, mas manteve sua posição. Assim, o governo tem legitimidade, deputado Iolando, para trazer a sua base para o plenário e votar – se não quer negociar. O que o deputado Iolando acabou de apresentar não é uma negociação, mas a manutenção da posição do governo de não abrir mão do relatório inicial com a rejeição das emendas.

O argumento da insegurança jurídica não cabe, porque, se pegarmos outras emendas que o governo está acatando, veremos que elas versam sobre outros instrumentos e legislações que o governo acatou. Então, não é esse o argumento. Se quiserem debater, discutir, sairemos da obstrução. Não dá para fazer esse discurso aqui, porque ele é falso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu insisto. Se não há acordo, precisamos levar o tema para discussão na segunda-feira.

Mais uma vez peço desculpa ao deputado Pastor Daniel de Castro, que havia pedido a palavra, mas como vossa excelência apagou a sinalização, acabei saindo da ordem. Por isso eu peço que os deputados mantenham a inscrição. O deputado Pepa apagou a dele e abriu mão.

Aqui há uma ordem, e eu procuro cumpri-la. O deputado, às vezes, pede para passar a vez, mas eu tenho uma ordem de pedidos a seguir. Eu peço que não apaguem a inscrição, porque sai da minha tela. Foi o que aconteceu há pouco com o deputado Pastor Daniel de Castro. Então, mantenham ligada a tela para eu poder seguir a ordem.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado. Eu queria fazer duas pequenas ponderações. Primeiro, a oposição usa um instrumento legal, a obstrução. Bacana. Mas a base também poderia usar um instrumento legal. Qual instrumento legal da base? Estarem todos presentes aqui para votar. É voto. Temos a maioria.

Então eu peço ao deputado Iolando, que é o líder do governo, que clame... Que possamos parar de ouvir isso, porque parece que é a oposição que vota para o governo. Muitas vezes é mesmo, mas não há necessidade de ouvirmos isso aqui se cumprirmos, todos nós, o nosso papel. Essa é uma realidade.

Outrossim, eu quero conclamar, presidente, o líder do governo, deputado Iolando, para abrir a discussão com a deputada Dayse Amarílio, porque há algumas emendas que são importantes.

Eu, por exemplo, sou afeito a votar favoravelmente a concurso público. Eu sei o que eu sofri na vida por conta de concurso público. Então, há emendas importantes, que dá, sim, para a base votar, se houver um diálogo. Que haja esse diálogo para tirarmos essa obstrução e votarmos, porque esse projeto é muito importante mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mais uma vez eu vou perguntar, porque, se

não houver acordo por parte do governo, nós vamos encerrar essa discussão e jogá-la para segunda-feira. Não adianta ficar debatendo algo a respeito de que não há acordo. É legítimo a oposição entrar em obstrução e é legítimo o Executivo, através do seu líder de governo, dizer que não há acordo. Só precisamos saber o que está acontecendo.

Deputado Iolando, mais uma vez, indago a vossa excelência: "Há acordo para avançar nas demais emendas que foram apresentadas pelos deputados de oposição?" Caso vossa excelência me diga que não – e nós precisamos que o senhor seja objetivo –, vou retirar a matéria de pauta imediatamente.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, claro que nós ouvimos todos atentamente aqui, estamos com o propósito de sempre caminharmos com a oposição; quando esta entende que um projeto de lei é de suma importância para o Distrito Federal, esse projeto não é do governo. Esse projeto é da população – inclusive dos servidores públicos que vêm aqui, constantemente, fazer manifestação com faixas que dizem: "Contrata fulano" ou "Chama o concurso tal".

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há acordo para avançarmos, deputado?

DEPUTADO IOLANDO – Quanto a essas emendas que já estão aprovadas, elas já foram acatadas. Quanto às outras, não. Mas, presidente, se não há acordo...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, o projeto está retirado de pauta.

DEPUTADO IOLANDO – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à assessoria que retire esse projeto de pauta.

DEPUTADO IOLANDO – Nós convocaremos a base do governo para a próxima terça-feira e votaremos com a base na próxima terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, o projeto está retirado de pauta. Segunda-feira haverá uma discussão, na reunião, entre os deputados com relação ao Projeto de Lei nº 1.267.

Eu gostaria de pedir que votássemos o projeto da deputada Doutora Jane – sua excelência está desde cedo pedindo isso – e o projeto dos Avas. Precisamos lembrar que isso é fruto de um pedido do próprio Legislativo, o qual o governador acatou. Conforme foi dito, dependerá agora do parlamento, independentemente de o deputado ser base ou oposição, porque todos pediram que esse projeto chegasse a esta casa. Há também o projeto do deputado Pastor Daniel de Castro. Vamos tentar apreciar tudo o mais rápido possível e ser mais objetivos.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.405/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.405/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências".

Esse projeto visa ajustar a LDO/2024 para propiciar a nomeação de mais 400 Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e de mais 400 Agentes Comunitários de Saúde. Consta no anexo IV da LDO/2024 a autorização para provimento de 150 cargos, tanto para o cargo de Agente Comunitário de Saúde quanto para o cargo de Agente de Vigilância Ambiental.

A proposição está devidamente instruída e dela consta a estimativa de impacto a ser observada no caso de sua implantação, razão pela qual manifesto o voto pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.405/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – É importante ficar pontuado, sacramentado e garantido que o projeto só está sendo aprovado por causa da presença da oposição. Sem a oposição, este projeto não seria aprovado. Essa é a importância de uma oposição consciente, que sabe da sua responsabilidade e honra a vontade dos trabalhadores.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Este projeto foi votado porque também há deputados da base presentes, deputados que honram o mandato.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Base e oposição unidos. Isso é o mais importante.

DEPUTADO PEPA – Estão unidos. Não é somente por causa da presença da oposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Essa união me enche de orgulho: base e oposição juntos.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente e deputado Iolando, eu fico feliz porque o governo fez essa sinalização. Nós temos que falar as coisas boas também. Hoje, houve uma sessão solene sobre os ACS e os Avas, que são extremamente importantes. Trata-se de uma alteração da LDO que sinaliza a vontade do governo de nomear. Pedimos que essa nomeação aconteça o mais rápido possível porque não só a dengue, mas todas as arboviroses já estão aparecendo e sabemos da importância desses profissionais no combate a elas.

Eu comecei falando sobre o déficit, mas agora agradeço a sinalização. Que venham mais! Isso é um sinal de que vai haver a nomeação. Peço que vocês fiquem não só no pé do Executivo, mas também de olho nesta casa, porque esse projeto que votamos agora prevê uma alteração na autorização para a nomeação. Eu falava com o deputado Eduardo Pedrosa que quero saber o dia da nomeação porque já estou pensando no churrasco. Se Deus quiser, vai acontecer!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 137:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.316/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que "dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica"".

Foi aprovado o parecer favorável na CDESCTMAT. Foram apresentadas 3 emendas de plenário. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só para ser justo, e vossa excelência sabe que eu sou um homem justo, o deputado Robério Negreiros, que é líder do governo pelo menos até dezembro, mandou me avisar que ele não está em plenário porque está no hospital acompanhando o pai dele. Eu acho uma justificativa mais do que correta. Qualquer um de nós tem mais é que acompanhar os próprios familiares.

Estou fazendo esse registro para que fique claro o posicionamento do deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, pela demonstração de maturidade e respeito ao colega nesse gesto.

Pedimos aqui pela recuperação do pai do deputado Robério Negreiros. Eu não estava ciente dessa situação, senão já teria me manifestado. Contudo, o deputado Chico Vigilante o fez por todos nós.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.316/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que "dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica"".

O projeto de lei visa alterar a lei para permitir que as entidades beneficentes possam participar do Programa Nota Legal como beneficiários dos créditos das suas próprias compras, bem como participar dos sorteios e receber doações de créditos de pessoa física ou jurídica participantes do referido programa.

Além disso, acrescenta dispositivo para a instituição do Programa Nota Fiscal Solidária, uma vez que a lei original foi declarada inconstitucional por vício de iniciativa.

O projeto de lei não vincula aumento de despesa nem concessão ou ampliação de benefício fiscal e tampouco implica renúncia de receita, razão pela qual manifesto o voto pela admissibilidade do projeto com as emendas apresentadas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Na ausência do presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, solicito ao vice-presidente, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, tendo em vista que existem 3 emendas – 1 da minha autoria e as outras da deputada Jaqueline Silva e do deputado Gabriel Magno –, designo o deputado Iolando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Iolando, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.316/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica””.

No âmbito da comissão, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.316/2024, com o acatamento das Emendas nºs 2 a 6.

Portanto, todas as emendas foram acatadas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.316/2024.

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 183:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 988/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Cria a ferramenta “NÃO É BRINCADEIRA É CRIME – Canal de Denúncia” nos sítios eletrônicos e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa; a Comissão de Assuntos Sociais; a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, deputado Ricardo Vale, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, designo a deputada Jaqueline Silva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva,

que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 988/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Cria a ferramenta “NÃO É BRINCADEIRA É CRIME – Canal de Denúncia” nos sítios eletrônicos e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Quanto ao mérito e às atribuições desta Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 988/2024.

É o parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Jaqueline Silva.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 988/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Cria a ferramenta “NÃO É BRINCADEIRA É CRIME – Canal de Denúncia” nos sítios eletrônicos e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Quanto ao mérito, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 988/2024.

É o parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 988/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Cria a ferramenta “NÃO É BRINCADEIRA É CRIME – Canal de Denúncia” nos sítios eletrônicos e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

No âmbito desta comissão, manifesto o voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 988/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Base e oposição juntos, mais uma vez.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei nº 988/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Cria a ferramenta “NÃO É BRINCADEIRA É CRIME – Canal de Denúncia” nos sítios eletrônicos e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Do ponto de vista da admissibilidade, não há nenhum óbice para a tramitação desse projeto, por isso, nós somos pela constitucionalidade.

Este é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

Em discussão o projeto de lei, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero sugerir a vossa excelência que possamos votar agora o segundo turno do projeto dos Avas e encerrar a sessão. Refiro-me a essa matéria e a alguma outra que estiver pronta para ser votada em segundo turno.

Essa é a sugestão que eu faço a vossa excelência.

Só há 13 deputados presentes. Corre-se o risco de alguém sair e cair o quórum, por isso que estou querendo aprovar logo o dos Avas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos fazer isso, deputado Chico Vigilante, vossa excelência tem razão.

Vamos fazer o seguinte: votaremos os 2 projetos do Executivo, o da deputada Doutora Jane e o do deputado Pastor Daniel de Castro. Eu abro mão dos meus e faremos conforme solicitado pelo deputado. Acho que o risco de cair o quórum é muito grande.

Nos termos do art. 122 do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após a sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

– Projeto de Lei nº 1.405/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”;

– Projeto de Lei nº 1.316/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica””;

– Projeto de Lei nº 916/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que “Institui o Dia de Combate as Violações das Prerrogativas da Advocacia no âmbito do Distrito Federal, o qual passa a integrar o calendário oficial de eventos do Distrito Federal”;

– Projeto de Lei nº 988/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Cria a ferramenta “NÃO É BRINCADEIRA É CRIME – Canal de Denúncia” nos sítios eletrônicos e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu sugiro que os 2 projetos de vossa excelência constem da pauta também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, não tem problema não.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não, mas eu estou querendo que nós os votemos agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O meu pode esperar. Não tem problema não.

O pessoal está com horário. Pela união de base e oposição, eu abro mão dos meus projetos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h.)

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CCO – Centro de Controle Operacional
CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo
CEL – Centro Educacional do Lago
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura
Conlegis – Consultoria Legislativa
DCL – Diário da Câmara Legislativa
Eape – Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
EPIG – Estrada Parque Indústrias Gráficas
GDF – Governo do Distrito Federal
HC – Habeas Corpus
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

